



COERÊNCIA DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DAS PESCAS EM CABO VERDE: ESTUDO DE CASO



Esta publicação foi produzida com o apoio da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Instituto Marquês de Valle Flôr e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Europeia.

FICHA TÉCNICA

Título: Coerência das Políticas para o Desenvolvimento no âmbito das pescas: Estudo de Caso em Cabo Verde

Edição: Instituto Marquês de Valle Flôr e Plataforma das ONG's de Cabo Verde

Autoria: Damaris Rosabal Lopes da Silva - Licenciada em Ciências do Mar, ULPGC; Mestre em Análise de Políticas para a Sustentabilidade, UPC

Cofinanciamento: União Europeia e Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Data: outubro 2013

Índice

| | |
|--------------------------|---|
| Resumo Executivo | |
| Nota Introdutória | |
| 1 | Os objetivos e a metodologia de análise para a verificação da Coerência das Políticas de Desenvolvimento..... 10 |
| 1.1 | A experiência europeia e a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento 11 |
| 1.2 | A importância da aplicação da CPD no âmbito das pescas 13 |
| 1.3 | Objetivos 14 |
| 1.4 | Abordagem Metodológica 15 |
| 2 | O contexto da atividade pesqueira em Cabo Verde 18 |
| 2.1 | Breve descrição do setor das pescas em Cabo Verde 18 |
| 2.2 | O quadro institucional e legislativo nacional em vigor..... 21 |
| 2.3 | Estratégia Nacional no Domínio das Pescas..... 23 |
| 2.4 | A dimensão internacional do setor pesqueiro cabo-verdiano 24 |
| 2.5 | Os programas e projetos apoiados pelos doadores..... 27 |
| 3 | Estrutura de análise dos níveis de gestão e de participação do Setor das Pescas 33 |
| 3.1 | Marco Lógico..... 33 |
| 3.2 | Análise dos níveis de gestão Macro e Meso 35 |
| 4 | As perspetivas dos beneficiários dos programas e projetos – Estudo de Caso..48 |
| 4.1 | Justificação da seleção e caracterização das zonas objeto de estudo 48 |
| 4.2 | O impacto das políticas sobre o público-alvo 53 |
| 5 | Conclusões e Recomendações 60 |
| 5.1 | A pesca e a aplicação das políticas sociais 60 |
| 5.2 | Recomendações de atuação 64 |

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| TABELA 1: ABORDAGEM METODOLÓGICA E QUESTÕES DE ANÁLISE..... | 15 |
| TABELA 2: DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS | 17 |
| TABELA 3: FROTA CABO-VERDIANA INDUSTRIAL E SEMI-INDUSTRIAL, 2005..... | 19 |
| TABELA 4: FROTA ARTESANAL DE CABO VERDE, 2005 | 20 |
| TABELA 5: PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO | 25 |
| TABELA 6: NÚMERO E TIPOLOGIA DE EMBARCAÇÕES OPERANDO NA ZEE DE CV POR PAÍS | 26 |
| TABELA 7: CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO | 28 |
| TABELA 8: CARACTERIZAÇÃO DO CAP | 30 |
| TABELA 9 CARACTERIZAÇÃO DO PODPA..... | 30 |
| TABELA 10: CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO “ LABORATÓRIO OFICIAL DE ANÁLISE DE PRODUTOS DA PESCA NO MINDELO” | 30 |
| TABELA 11: CARACTERIZAÇÃO PRAO | 31 |
| TABELA 12: COMPONENTES DO NÍVEL MACRO | 34 |
| TABELA 13: ACORDO E CONTRATO INTERNACIONAL PESCA | 34 |
| TABELA 14: PROJETOS DGRM | 34 |
| TABELA 15: PROGRAMAS E PROJETOS DO SETOR DAS PESCAS APOIADOS PELOS DOADORES..... | 35 |
| TABELA 16: RESUMO DOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NO SETOR..... | 36 |
| TABELA 17: CARACTERIZAÇÃO FROTA RIBEIRA DA BARCA..... | 49 |
| TABELA 18: CARACTERIZAÇÃO FROTA PEDRA BADEJO | 51 |
| TABELA 19: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE R. BARCA E P.BADEJO | 53 |

Índice de gráficos

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 2. PROGRESSO FEITO EM ESTABELECECER MECANISMOS DE CDP..... | 12 |
| GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA EM CABO VERDE PARA O PIB..... | 13 |
| GRÁFICO 3: TRABALHADORES/RAS NO SETOR PESQUEIRO EM CABO VERDE | 19 |
| GRÁFICO 4: CAPTURAS DA FROTA NACIONAL 2003-2008 (TONELADAS) | 20 |
| GRÁFICO 5: EVOLUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE PESCA NA ZEE DE CABO VERDE, 2007-2010..... | 25 |

Índice de figuras

| | |
|--|----|
| FIGURA 1: ZEE CABO VERDE..... | 18 |
| FIGURA 2: REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS NÍVEIS MACRO, MESO E MICRO | 33 |
| FIGURA 3: REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PGRP | 38 |
| FIGURA 4: REPRESENTAÇÃO DAS CONEXÕES E INCOERÊNCIAS | 39 |
| FIGURA 5: REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE ATORES NO NÍVEL MACRO | 41 |
| FIGURA 6: REPRESENTAÇÃO DA DINAMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO, PRAO | 43 |
| FIGURA 7: REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BOAS PRÁTICAS E INCOERÊNCIAS IDENTIFICADAS | 47 |
| FIGURA 8: REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BOAS PRÁTICAS..... | 55 |
| FIGURA 9: REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE INCOERÊNCIAS | 58 |
| FIGURA 10: REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS E DO FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DOS DIFERENTES NÍVEIS DE GESTÃO DAS PESCAS. | 60 |

Índice Imagens

| | |
|---|----|
| IMAGEM 1: REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO RIBEIRA DA BARCA | 49 |
| IMAGEM 2: REPRESENTAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO PEDRA BADEJO..... | 51 |
| IMAGEM 3: CTS PEDRA BADEJO..... | 56 |
| IMAGEM 5: UTAV RIBEIRA DA BARCA..... | 56 |
| IMAGEM 6: UTAV RIBEIRA DA BARCA ZONAS DE TRABALHO..... | 57 |
| IMAGEM 4: DESEMBARQUE E MANIPULAÇÃO DO PESCADO PEDRA BADEJO | 58 |

Lista de abreviações e siglas

AECID Agência Internacional Para a Cooperação e o Desenvolvimento

BM Banco Mundial

CAD Comité de Assistência para o Desenvolvimento da OCDE

CE Comunidade Europeia

CPD Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

CTS Centro Técnico Social

DCP Dispositivo de Concentração de Pescado

DCRP III Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

DGRM Direção Geral dos Recursos Marinhos

FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

ICCAT Comissão Internacional para a Conservação do atum Atlântico

INDP Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas

INE Instituto Nacional de Estatística

MIEM Ministério de Infraestruturas e Economia Marítima

MORABI Associação de Apoio à Auto – Promoção da Mulher no desenvolvimento

ODM Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OCDE Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento

OFCF Fundação Japonesa para a Cooperação nas Pescas

PANA Plano de Ação Nacional para o Ambiente

PEDP Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas

PGRP Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

PRAO Projeto Regional das Pescas para a África Ocidental em Cabo Verde

PODPA Plano Operacional para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal

UTAV Unidade de Transformação e Agregação de Valor

ZEE Zona Económica Exclusiva

RESUMO EXECUTIVO

A redução da pobreza é um dos principais Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) mas, para atingi-lo, especialmente em muitos países insulares, é necessário garantir em primeiro lugar o progresso das comunidades piscatórias. Nesse âmbito, o desenvolvimento do setor das pescas é fundamental para garantir o progresso do setor e para se consolidar o processo de Desenvolvimento.

Assegurar que as políticas tanto nacionais como internacionais implementadas, não prejudiquem os objetivos de Desenvolvimento e de erradicação da pobreza constitui uma prioridade, pelo que é necessário avaliar a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD) no âmbito das Pescas, atendendo tanto à dimensão do efeito das políticas em si, como à harmonia ou incongruências que possam vir a manifestar-se na sua implementação e ao efeito positivo ou negativo que tenham sobre as populações. Também é importante verificar o nível de participação dos diferentes intervenientes nos processos, assim como o nível de conhecimento e de informação que sustentam os processos de tomada de decisões.

Com este exercício pretende-se analisar as implicações das políticas implementadas em Cabo Verde, num horizonte temporal que cobre os últimos dez anos, no setor das pescas. Visa-se também verificar o impacto deste setor na sociedade cabo-verdiana, especialmente nas comunidades diretamente vinculadas às atividades piscatórias

O desenvolvimento deste trabalho foi possível devido aos esforços conjuntos da Plataforma das ONG de Cabo Verde, em parceria com o Instituto Marquês de Valle Flôr. O projeto foi financiado pela União Europeia e pela Cooperação Portuguesa, contou com o apoio de técnicos dos órgãos de gestão do setor e com o envolvimento da sociedade civil, representada por diversos membros da Plataforma das ONG.

Para obter esse resultado, realizámos uma revisão das tendências globais sobre a (aplicação) da CPD, baseada especialmente em experiências dos países pertencentes à OCDE, analisámos o quadro de gestão e jurídico-legal em vigor em Cabo Verde (incluindo os acordos internacionais e regionais assinados por Cabo Verde), e desenvolvemos um estudo de caso que abrangeu duas comunidades piscatórias da ilha de Santiago: Ribeira da Barca, no concelho de Santa Catarina e Pedra Badejo no concelho de Santa Cruz.

Estruturámos a análise, verificando a coerência nos três níveis de gestão e de participação do Setor das Pescas: a nível Macro a atenção fundamental foi dada ao Plano Estratégico, ao regime jurídico-legal, e aos acordos internacionais e regionais assinados pelo país; a nível Meso conferimos o estado de materialização dos compromissos através da análise dos projetos e programas do setor; a nível Micro analisámos as atividades e ações realizadas no terreno, a partir da realização de um estudo de caso nas comunidades piscatórias de Ribeira da Barca e Pedra Badejo.

Os resultados da análise revelam que nos últimos anos se produziram múltiplas melhorias, sobretudo no que diz respeito à planificação, à fiscalização a nível local e ao desenvolvimento de ações que promoveram o associativismo nas comunidades piscatórias, assim como à organização dos operadores de pesca.

Entretanto, os resultados da análise conduzida também permitiram visualizar diversas situações que revelam alguma incoerência nos diferentes níveis de gestão e de atuação, que agem como elementos retardadores do desenvolvimento pretendido para as comunidades. Verifica-se a necessidade de melhoria dos mecanismos de articulação e de uma conexão efetiva entre os três níveis de atuação no setor, sob pena de que muitos dos compromissos assumidos a nível macro, não possam ser levados a cabo da forma pretendida. Foi identificada uma certa ausência de capacidade técnica e de recursos técnicos, e constatou-se que nem sempre as medidas desenhadas se adequam às necessidades institucionais.

Embora se realize um grande esforço para implementar os planos através de projetos como o PODPA, PRAO e DCP, persistem os desafios identificados para o setor, tais como a necessidade de modernização da frota e de criação de incentivos para melhorar a distribuição e a comercialização.

O trabalho de pesquisa desenvolvido corroborou ainda a utilidade da aplicação da metodologia baseada no estudo da CPD, concebida pela OCDE, na medida que mostra ser uma poderosa ferramenta que permite identificar as incoerências e as boas práticas existentes. Tomando como referência as mesmas, é possível desenhar medidas que permitem capitalizar as sinergias e minimizar os efeitos negativos que as incoerências podem significar para a população alvo.

NOTA INTRODUTÓRIA

De acordo com os Termos de Referência, este exercício pretende contribuir para a modificação do atual cenário de *“apatia generalizada da população em relação ao diálogo político nacional e ao debate acerca do desenvolvimento do arquipélago”*, além de constituir um exercício favorecedor da realização de ações de *“acompanhamento e monitorização dos resultados das políticas para o desenvolvimento levadas a cabo pelos doadores”*.

A estratégia selecionada foi *“a introdução da Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (CPD), um mecanismo político e estratégico já utilizado pela sociedade civil de diversos países europeus mas ainda desconhecido nos Países Recetores de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, especificamente, em Cabo Verde”*.¹

Ainda segundo os Termos de Referência, a metodologia proposta para atingir os resultados foi a realização de um Estudo de Caso, que visibiliza tanto as boas práticas, como as possíveis incoerências surgidas na implementação das políticas públicas no setor das pescas.

Respeitando os Termos de Referência no desenvolvimento do trabalho procedemos, numa primeira fase, à revisão das tendências globais dos estudos de CPD, baseados especialmente em experiências dos países pertencentes a OCDE. Também analisámos o contexto nacional, especialmente o quadro de gestão e jurídico-legal em vigor em Cabo Verde (incluindo os acordos internacionais e regionais assinados por Cabo Verde) e os dados estatísticos do setor. Por último e tomando em consideração o facto de ser a ilha de Santiago a que apresenta o maior número de sujeitos afetos ao setor direta ou indiretamente, selecionamos duas comunidades piscatórias da ilha de Santiago: Ribeira da Barca, no concelho de Santa Catarina e Pedra Badejo no concelho de Santa Cruz.

Os resultados deste processo, para além do resumo executivo, da nota introdutória, e das conclusões, estão estruturados em cinco capítulos:

- No primeiro são expostos os objetivos do trabalho e é detalhada a metodologia utilizada na análise e verificação da CPD no âmbito das Pescas.
- No segundo descreve-se e contextualiza-se a atividade pesqueira e legal que rege o setor, incluindo os acordos regionais e internacionais assinados por Cabo Verde; nomeadamente descreve-se o funcionamento do setor, do quadro jurídico legislativo e caracteriza-se os projetos e programas apoiados pelos doadores;
- No terceiro apresenta-se o marco lógico de análise do setor centrada na descrição dos diferentes níveis - Macro, Meso e Micro do Setor - e na análise de toda a informação recolhida sobre os níveis Macro e Meso de gestão. Nele também aparecem referenciadas as boas práticas e as incongruências verificadas;

¹ TdR Projeto “A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento - O desafio para uma cidadania ativa em Cabo Verde”. Plataforma ONG’s 2013

- _ O quarto capítulo é dedicado exclusivamente à análise do nível Micro, materializada pela realização de um estudo de caso nas comunidades piscatórias de Ribeira da Barca e Pedra Badejo. Apresenta a justificação da seleção destas zonas para o estudo de caso, caracteriza as comunidades e os principais problemas por elas identificados e analisa o estado de implementação dos projetos e o impacto dos mesmos nessas comunidades. Também tendo como base os projetos identificamos as boas práticas e as incongruências detetadas na sua implementação.
- _ No quinto capítulo estabelece-se a ligação entre os três níveis de gestão, e faz-se o mapeamento de todas as influências e sinergias criadas na aplicação das políticas no âmbito do setor. Também se apresenta as recomendações e linhas de atuação baseadas na metodologia proposta pela OCDE e elenca-se as perspetivas futuras de investigação com o objetivo de dar continuidade e dinamizar ações que aumentem a participação efetiva dos diferentes intervenientes nos processos de tomada de decisões e a produção e divulgação de informações que sustentem esses processos.

1 Os objetivos e a metodologia de análise para a verificação da Coerência das Políticas de Desenvolvimento

Existe atualmente um interesse comum para que o desenvolvimento dos países assente num processo sustentável mas, no sentido de se conseguir esse interesse comum é necessário considerar as implicações da política económica levada a cabo no contexto de um mundo globalizado. Assim, uma das questões fundamentais do entendimento global é garantir a obtenção de progressos acautelando a coerência dos processos, o que tem levado a OCDE ao desenvolvimento de metodologias de monitorização e avaliação da denominada CPD.²

No essencial, a metodologia permite verificar se as diversas medidas de política, que estão a ser implementadas estão harmonizadas, e se o resultado obtido com a sua implementação não “lesa” de alguma forma as componentes do processo de desenvolvimento, ou cria ou reproduz algum fator que impacte negativamente na persecução do efeito desejado.

Para verificar a CPD, devem ser seguidos certos procedimentos e respeitadas as seguintes fases (OCDE, 2009):

- i. Verificação da pertinência e da correção na hierarquização dos objetivos, tendo em conta o impacto das políticas levadas a cabo e o grau de cumprimento dos objetivos das mesmas. Esta fase permite identificar as incoerências existentes na implementação das diferentes medidas de política;
- ii. Análise dos mecanismos de gestão e de coordenação da implementação das políticas - Permite conferir se esses mecanismos possibilitam a maximização das sinergias e minimizam as incoerências, mediante a criação de instrumentos de gestão que facultam a resolução de conflitos, assim como identificar se manifestam inconsistências na aplicação de diferentes medidas;
- iii. Divulgação dos resultados da monitorização e da análise da informação - Além de garantir a transparência possibilita que tanto as autoridades como o público em geral conheçam os resultados do processo de monitorização, estudos e análises realizados, e permite implementar as medidas necessárias para a minimização das incoerências existentes.”³

De acordo com a metodologia proposta pela OCDE, além do cumprimento dessas três fases, para completar as análises, considerando o contexto de mundo globalizado, podem ser identificadas outras experiências (nomeadamente dos países de OCDE), que eventualmente podem ser utilizadas como referência e/ou aplicadas para melhorar a CPD em Cabo Verde. Para realizar esse exercício é necessário proceder, nomeadamente ao:

²OCDE, 2009

³Policy Brief , Fisheries: Improving Policy Coherence for Development, OCDE; September 2008

- a. Mapeamento das influências externas e internas dos processos de desenvolvimento.
- b. Análise de problemas específicos, tais como a pesca, a mudança climática, a segurança, o comércio (entre outros).
- c. Conseguir que diversos parceiros, que atuam de forma transversal, se comprometam com a CPD.

1.1 A experiência europeia e a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento

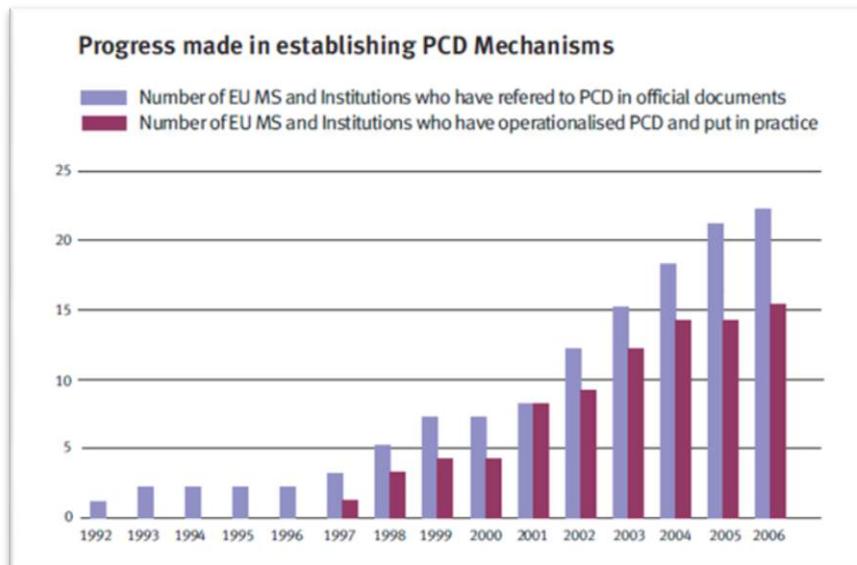
A União Europeia, sendo um dos principais doadores de ajuda internacional, reconheceu que as políticas de cooperação e desenvolvimento não são suficientes para alcançar os ODM. Nasceu assim o conceito de CPD, que pretende promover sinergias entre estas políticas e os ODM, de forma a aumentar a eficiência da ajuda internacional para o desenvolvimento.

A CPD tem sido, desde 2005, um pilar importante dos esforços da UE para melhorar o impacto das suas políticas a nível externo. O Tratado de Lisboa confirma a importância da CDP para a União e o consequente engajamento e participação ativa de todos os atores (Instituições da UE, Administrações dos Estados membros, Sociedade civil) importantes no processo.⁴ Nesse marco tem-se desenvolvido uma série de mecanismos, tais como sistemas de avaliação e criação de grupos de interserviços, que permitem a promoção da CPD.

Existem fortes melhorias no que se refere à CPD na União Europeia. Como exemplo pode ver o seguinte gráfico:

⁴ EU 2011 Report on Policy Coherence for Development, SEC(2011) 1627 final, Bruxelas 2011

Gráfico 1. Progresso feito em estabelecer mecanismos de CDP



Fonte: Relatório da UE para Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, Bruxelas 2007

Apesar dos esforços feitos, a UE ainda se encontra numa fase inicial de implementação da CPD, “devido à falta de consciência e capacidade”⁵. A União Europeia identificou diversas áreas de atuação da CDP, entre as quais se encontram o comércio, o meio ambiente, a mudança climática, a agricultura e a pesca, entre outras.

A pesca é uma atividade económica importante em muitos países em desenvolvimento principalmente nos países costeiros. Um dos principais temas de estudo na área da CPD com respeito a pesca são os Acordos de Parceria de Pesca (Pesqueiros). Estes permitem o acesso das frotas europeias aos recursos dos países em desenvolvimento, sempre que fique comprovado que esses países não têm capacidade para explorar esses recursos.

No sentido de melhorar a CPD, no âmbito da reforma da política pesqueira da CE, tem-se incentivado a adoção de medidas e de comportamentos coerentes.⁶ Uma das questões fundamentais que se coloca é a importância de se proceder à avaliação científica dos excedentes, da sustentabilidade, da conservação da biodiversidade local, da influência dos Acordos nas políticas nacionais, assim como do destino dos fundos que os países recebem como resultado dos Acordos.

Até ao momento, em todas as áreas analisadas pela UE, foram identificados problemas de coerência, que resolvidos podem melhorar as sinergias das políticas de apoio ao desenvolvimento. Em termos gerais e tendo em atenção os resultados das análises, a UE tem tomado medidas no sentido de melhorar a CPD, mas também têm verificado que os resultados concretos dos avanços conseguidos estão aquém do estabelecido no consenso europeu sobre o desenvolvimento.

⁵ Relatório da UE sobre a coerência na política para o desenvolvimento SEC(2007)1202; Bruxelas 2007

⁶ Idem anterior

1.2 A importância da aplicação da CPD no âmbito das pescas

A redução da pobreza é um dos ODM. Para poder atingi-lo, os doadores que sustentam o financiamento dos programas de Ajuda Pública ao Desenvolvimento devem garantir que os acordos internacionais e regionais, materializados no desenho de políticas a serem implementadas em países terceiros, contribuam realmente para o desenvolvimento e não influenciem de forma negativa as populações destes países. Os próprios países recetores da ajuda internacional devem também assegurar que a suas medidas políticas não tem um efeito contrário ao desejado em todos os setores, especialmente naqueles que podem ser considerados estratégicos para o desenvolvimento do país.

O Comité de Assistência para o Desenvolvimento (CAD), da OCDE, identificou a pesca como uma das sete áreas prioritárias a ter em consideração para poder cumprir o supracitado objetivo dos ODM - a redução da pobreza. Para tal é fundamental a compreensão da natureza das atividades deste setor e a identificação das situações de coerência e incoerência na implementação da política pesqueira, assim como a abordagem das questões referentes à gestão pesqueira, a governança, a situação tecnológica, e a importância atribuída ao setor da pesca no desenvolvimento do país.

Segundo dados da OCDE cerca de 30 milhões de pessoas no mundo vivem diretamente do setor pesqueiro, das quais 95% vivem em países em desenvolvimento.⁷ Este setor atravessa atualmente muitas dificuldades, tanto ambientais como económicas e sociais devido ao aumento crescente da demanda de pescado a nível global. Em muitos países, as pescas têm pouco peso no PIB, mas em pequenos estados insulares, especialmente aqueles que se encontram em desenvolvimento, o setor pode chegar a representar 30% do PIB.

A atividade pesqueira representou, no ano 2011, 0,7 % do PIB⁸ em Cabo Verde. No que diz respeito à força de trabalho, o setor com cerca de 10.400 postos de trabalho, utiliza perto de 5% da força total de trabalho nacional. Esses dados mostram que a contribuição deste setor para o PIB, não representa uma percentagem significativa para o PIB nacional, o que torna Cabo Verde um caso excepcional, se comparado com outros estados insulares. O seguinte gráfico mostra a evolução do peso do setor das pescas, enquanto atividade económica para o PIB num período de cinco anos (2007-2011).

Gráfico 2: Evolução da contribuição da Pesca e Aquicultura em Cabo Verde para o PIB

⁷SPECIFIC CONVENTION N°28: EX-POST EVALUATION OF THE CURRENT PROTOCOL TO THE FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND CAPE VERDE AND ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE FUTURE PROTOCOL ON SUSTAINABILITY, Relatório final, outubro 2012

⁸Dados Instituto Nacional de estatística de Cabo Verde



Fonte Elaboração própria a partir dos dados do INE⁹

Os dados mostram que em termos de tendência geral existe estabilidade, mas o comportamento oscilatório e a comparação dos valores extremos podem apontar para estagnação. Note-se que, no período representado, a contribuição para o PIB atingiu nos anos 2009 e 2010, 0.9% e 1% respetivamente, mas que em 2011, a contribuição é menor que no ano de base (2007).

O DECRP III, recentemente divulgado, considera que o desenvolvimento do setor da pesca, no âmbito do denominado “Cluster do Mar”, é fundamental para garantir o crescimento económico e a redução da pobreza. É essencial que as políticas pesqueiras sejam coerentes, tanto para garantir o crescimento económico, como para diminuir os índices de pobreza entre as comunidades piscatórias. A importância das pescas na redução da pobreza e a interdependência entre países do Norte e do Sul no contexto pesqueiro põem em foco a necessidade da existência de políticas coerentes com os ODM.

1.3 Objetivos

O objetivo principal deste trabalho foi analisar o conteúdo das medidas de políticas no setor das pescas, na sua coerência ou incoerência, bem como identificar o efeito que a implementação das mesmas têm para as populações, e o seu impacto no processo de desenvolvimento de Cabo Verde.

Como objetivos específicos definimos os seguintes:

- i. Identificar e socializar as principais medidas de políticas implementadas na área da Pesca em Cabo Verde;
- ii. Fazer o levantamento dos planos e programas implementados e das boas práticas na implementação das políticas;
- iii. Identificar as incoerências, que possam ter-se manifestado entre o desenho e a implementação das políticas;
- iv. Valorar o impacto das políticas de desenvolvimento financiadas pelos doadores no desenvolvimento local e nacional;

⁹Estrutura(%) do PIB corrente a preços do Mercado; INECV

- v. Avaliar as sinergias construídas no processo de desenho e a aplicação das políticas entre as diversas instituições e a sociedade civil.

1.4 Abordagem Metodológica

De acordo com os TdR, a referência fundamental para a elaboração do Estudo de Caso é o mecanismo político e estratégico de verificação da CPD. Segundo o Instituto Camões, a União Europeia, na qualidade de um dos principais doadores a nível mundial da ajuda internacional para o desenvolvimento, tem vindo a equacionar o efeito da mesma sobre as populações e países à qual se destina. A base legal para a introdução deste mecanismo foi introduzida pelo Tratado de Maastricht (1992), complementada pelos Tratados de Amesterdão (1997) e Nice (2001) e reforçada pelo Tratado de Lisboa (2009)¹⁰.

Para contribuir para a consecução dos objetivos da consultoria e garantir a coerência metodológica utilizamos uma combinação de diferentes estratégias, que possibilitaram o envolvimento dos diferentes atores do setor, entre eles a DGRM, organizações da sociedade civil, assim como representantes e líderes comunitários das comunidades dedicadas à atividade pesqueira.

Tabela 1: Abordagem metodológica e Questões de análise

| ABORDAGEM METODOLÓGICA | QUESTÕES DE ANÁLISE ABRANGIDAS |
|--|--|
| Pesquisa Documental | <p>O contexto da atividade pesqueira em Cabo Verde:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. O setor das pescas em Cabo Verde; II. O quadro institucional e legislativo em vigor; III. Estratégia nacional no domínio das pescas; IV. A dimensão internacional do setor das pescas; V. Programas e Projetos apoiados pelos doadores. <p>Aborda as medidas políticas em uso no domínio das pescas, assim como faz a caracterização geral do setor, dando uma visão ampla do mesmo. Permite o mapeamento do setor referente às medidas políticas nacionais e internacionais.</p> |
| Desenho da estrutura dos três níveis de gestão | <p>A descrição dos níveis de gestão e contextualização no cenário das medidas políticas nacionais. Faz a caracterização dos:</p> <ul style="list-style-type: none"> I. Planos de Gestão e Acordos internacionais assinados pelo país; II. Projetos e Programas desenhados para implementação administrativa; III. Materialização dos projetos nas comunidades. <p>Permite fazer a caracterização das medidas políticas nacionais e o grau de conexão entre os diferentes níveis de gestão do setor.</p> |

¹⁰ <http://www.instituto-camoes.pt>

| | |
|--|--|
| Análise dos níveis de gestão do setor | <p>Identificação das boas práticas e possíveis incoerências no processo de implementação e materialização das medidas políticas e projetos. Procede-se ao levantamento das:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Boas práticas e incoerências na implementação dos Planos de Gestão e Acordos Internacionais assumidos a nível Macro; II. Boas práticas e incoerências na materialização dos Planos de gestão através dos projetos no setor das pescas mais importantes no contexto nacional a nível Meso; III. Conexões existentes entre os dois níveis de gestão. <p>Possibilita o entendimento das sinergias existentes e dos canais de conexão e retroalimentação dos diferentes níveis de gestão.</p> |
| As perspetivas dos beneficiários dos programas | <p>O estudo de caso nas comunidades ligadas à atividade pesqueira em Ribeira da Barca, concelho de Santa Catarina e Pedra Badejo, concelho de Santa Cruz, faz-se a:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Justificação de seleção das zonas de estudo e a sua importância no setor das pescas em Cabo Verde; II. Caracterização das comunidades ligadas à atividade pesqueira e as principais dificuldades encontradas nas comunidades; III. Identificação de boas práticas e incoerências no processo de desenvolvimento das comunidades. <p>Torna possível a visualização do impacto das políticas sobre o público-alvo.</p> |

É importante mencionar que a estratégia de análise contou com uma vasta consulta documental, apoiada por visitas de trabalho de campo que permitiram a participação ativa dos representantes da sociedade civil a nível nacional, municipal e local. A identificação dos líderes comunitários e a realização de entrevistas e encontros com as comunidades ligadas à atividade pesqueira permitiram ter um maior conhecimento das comunidades assim como ter acesso a fontes primárias de dados essenciais para a realização do estudo de caso.

O estudo também se apoia na realização de diversos encontros com identidades responsáveis pela gestão do setor, nomeadamente a DGRM que permitiu ter um conhecimento profundo dos projetos levados a cabo atualmente, assim como conhecimento da estratégia nacional.

Das atividades programadas durante a elaboração da proposta técnica do estudo de caso, como se tinha dito anteriormente procedeu-se a:

Tabela 2: Descrição das atividades realizadas

| DESCRIÇÃO E PRODUTOS FINAIS | | |
|---|--------------------------------------|--|
| Trabalho de campo – Atividades realizadas | Entrevistas no âmbito do DGRM | <p>Pesquisa Documental – As entrevistas realizadas no âmbito da DGRM, permitiram:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. A caracterização e mapeamento do quadro global do setor das pescas; II. A identificação de programas e projetos relevantes no setor; III. A identificação de comunidades para realização do estudo de caso com base nos projetos; IV. A preparação do trabalho de campo; V. Realização de fichas guia, que caracterizarão os pontos relevantes dos projetos. |
| | Entrevista ONG | <p>Encontros com grupos focais da sociedade civil tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. MORABI II. ADAD III. BIOSFERA I <p>Possibilitaram a compreensão das ações levadas a cabo por ONG locais, assim como as atividades realizadas e medidas tomadas no âmbito das pescas. Permitiram igualmente a identificação e caracterização de projetos com as comunidades ligadas às atividades piscatórias.</p> |
| | Encontros e atividades e comunidades | <p>Identificação dos líderes comunitários nas comunidades piscatórias – Os encontros e entrevistas realizados com os pontos focais, tiveram como produto final:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Caracterização das comunidades ligadas à atividade piscatória; II. Identificação das boas práticas e o impacto nas comunidades; III. Identificação dos problemas ligados a atividade piscatória, assim como as incoerências geradas na materialização dos projetos e dos mecanismos que garantem a sustentabilidade futura. |

Embora o TdR previsse a participação e o envolvimento de outros parceiros, nomeadamente da Federação Cabo-verdiana da Juventude (FCJ) e da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde (AJOC), integrantes da Comissão para as pescas da Plataforma de ONG no marco do projeto “A Coerência das Políticas para o Desenvolvimento - O desafio para uma cidadania ativa em Cabo Verde” estes não foram possíveis devido a dificuldades logísticas e de deslocação dos representantes da comissão para as pescas da Plataforma.

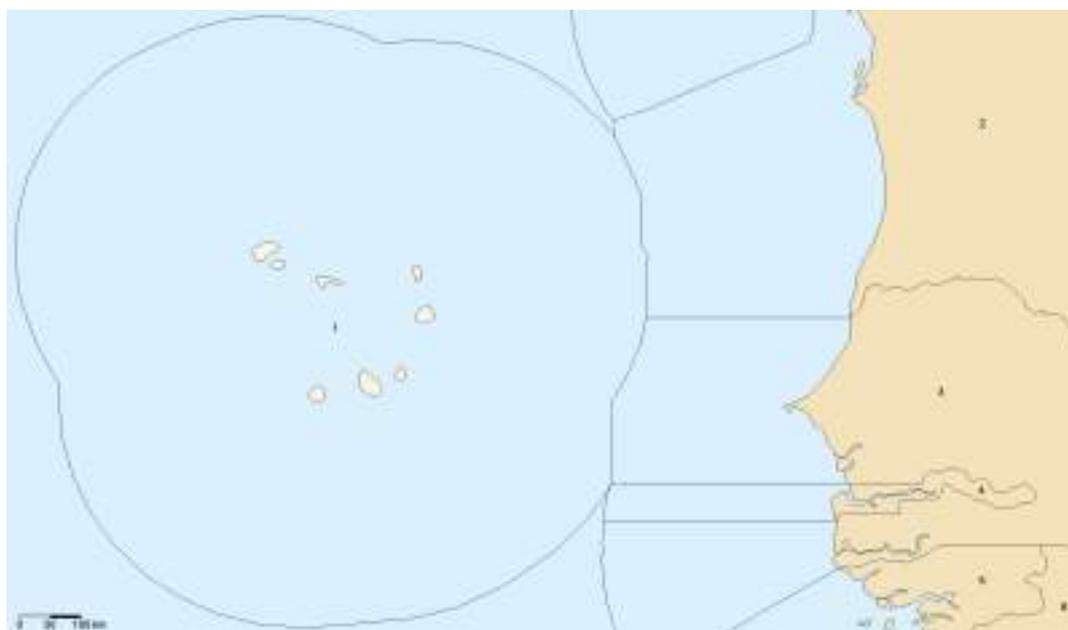
2 O contexto da atividade pesqueira em Cabo Verde

Como já referimos anteriormente, o DCRPIII, documento que descreve a estratégia de crescimento e redução da pobreza aprovada para os anos 2012-2016, aponta a pesca como uma das áreas principais de atuação. Portanto poderemos considerar que a pesca tem ou pretende ter um papel importante na estratégia de desenvolvimento do país¹¹. Apesar do setor representar 66% das exportações nacionais totais, a contribuição direta das pescas para o PIB¹² cabo-verdiano em 2011 foi de apenas 0,7 %¹³.

2.1 Breve descrição do setor das pescas em Cabo Verde

A zona económica exclusiva (ZEE) tem uma extensão de cerca de 785.000 km². Esta zona caracteriza-se por ser uma área de águas de oceano aberto com uma produtividade relativamente baixa. Por outro lado, a plataforma costeira de Cabo Verde é relativamente pequena com uma área de 5394 km² o que se traduz em zonas relativamente pequenas e muito sensíveis à exploração.

Figura 1: ZEE Cabo Verde



Fonte: PRAO - CV

Cabo Verde conta com recursos que incluem espécies comercialmente muito atrativas, como é o caso do atum (entre outras espécies demersais). Segundo o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP)¹⁴, a estimativa dos recursos existentes no país situa-se entre as 36.000 e as 44.000 toneladas. Entretanto alguns estudos consideram o cálculo demasiado otimista e não representativo da realidade atual, pelo que recomendam a revisão dessas estimativas.

¹¹DCPR III anos 2012 – 2016

¹²Se nesse cálculo fosse incluído o emprego, as exportações, a produção industrial e as alfandegas esse valor poderia atingir os 8%.

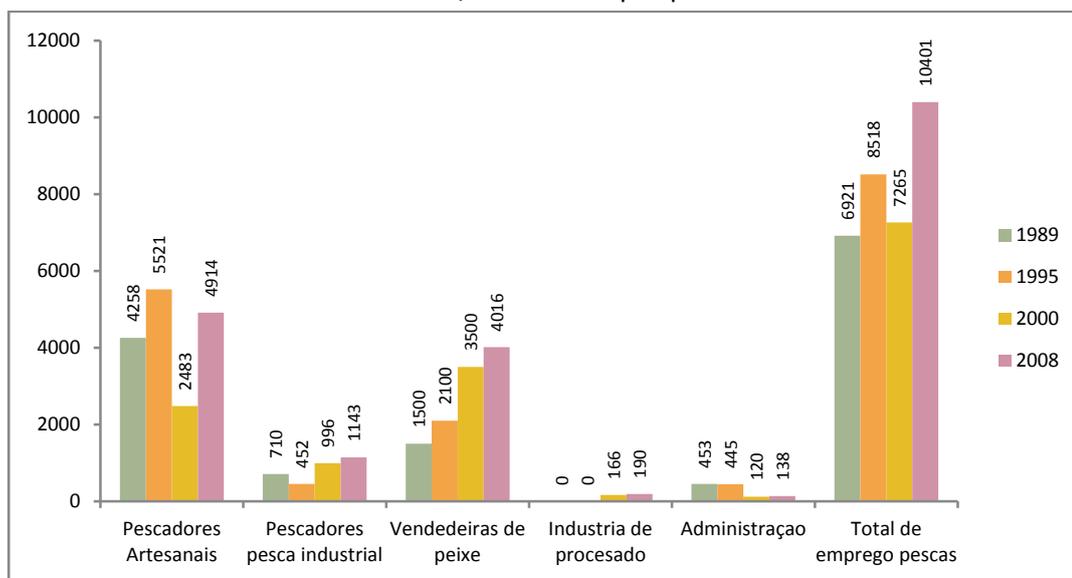
¹³INCV dados 2011

¹⁴Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP), Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente – PANA II, Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas – MAAAP, Vol. 6, Praia 2004

2.1.1 O Setor pesqueiro e o emprego

Em 2008, o setor gerava cerca de 10.500 postos de trabalho, se considerados os empregos diretos e indiretos: Diretamente cerca de 6.000 pessoas, e indiretamente perto de 4.500 (incluindo vendedeiras de pescado, a industria transformadora e a gestão do setor¹⁵).

Gráfico 3: Trabalhadores/ras no setor pesqueiro em Cabo Verde



Fonte: Elaboração própria¹⁶

De acordo com os dados no período compreendido entre 1989 e 2008, apesar do aumento do número de pescadores registado em 1995, não se manifesta uma evolução substancial do número de pescadores, sendo o valor do primeiro ano de referência e do último ano praticamente iguais. Já no que se refere à pesca industrial, verifica-se uma evolução positiva no período, assim como no número de peixeiras. Na área de gestão e administração, verifica-se uma redução de perto de 50% dos postos de trabalho.

Tabela 3: Frota cabo-verdiana industrial e semi-industrial, 2005

| Ilha | Número de embarcações | de % | Número de pescadores |
|-------------------|-----------------------|------------|----------------------|
| S. Antão | 3 | 4 | 36 |
| S. Vicente | 17 | 24 | 204 |
| S. Nicolau | 3 | 4 | 36 |
| Sal | 9 | 13 | 108 |
| Santiago | 38 | 54 | 456 |
| Total | 70 | 100 | 840 |

¹⁵ Oceanic Development; MegapescaLda, 2012

¹⁶ Dados Oceanic Development; MegapescaLda, 2012

Fonte: Oceanic Development; Megapesca Lda, 2012¹⁷

Os dados de 2005, ao estarem desagregados por ilhas, permitem uma noção do volume de embarcações e de postos de trabalho diretos da pesca artesanal e industrial. Nesse ano a pesca semi-industrial e industrial, respetivamente dedicaram-se maioritariamente à pesca de atum e empregaram cerca de 840 pessoas, concentradas nas ilhas de Santiago e São Vicente.

Em 2005, a pesca artesanal ocupava perto de 3.108 pescadores, dos quais mais de 1/3 estavam registados na ilha de Santiago. Em relação ao número de pescadores constata-se, em relação a 1999¹⁸ uma importante redução.

Tabela 4: Frota artesanal de Cabo Verde, 2005

| Ilha | Número de embarcações | % | Número de pescadores |
|--------------|-----------------------|------------|----------------------|
| S. Antão | 101 | 10 | 303 |
| S. Vicente | 87 | 8 | 261 |
| S. Nicolau | 64 | 6 | 192 |
| Sal | 119 | 11 | 357 |
| Boa Vista | 56 | 5 | 168 |
| Maio | 53 | 5 | 159 |
| Santiago | 361 | 35 | 1083 |
| Fogo | 106 | 10 | 318 |
| Brava | 89 | 9 | 276 |
| Total | 1036 | 100 | 3108 |

Fonte: Oceanic Development; Megapesca Lda, 2012¹⁹

2.1.2 Capturas

No período compreendido entre 2003 e 2008, a produção da frota nacional aumentou ligeiramente, sendo a situação mais favorável no período 2003 a 2006. Metade das capturas provêm da pesca industrial e as restantes da pesca artesanal.

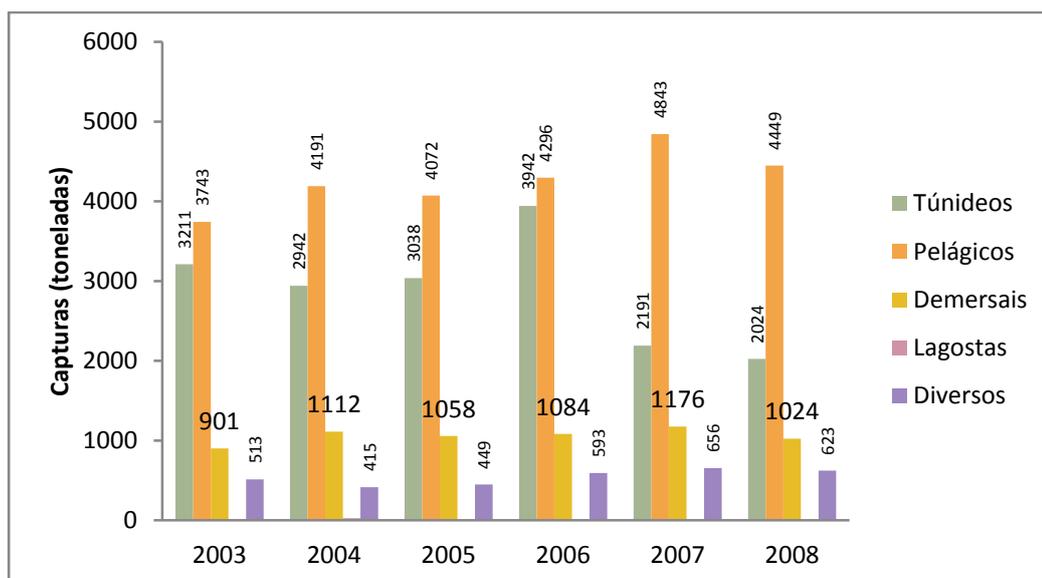
Os dados sobre a evolução das capturas segundo espécies revelam que a captura de tunídeos, apesar de ter registado um ligeiro aumento no ano de 2006, teve um declive acentuado no período de tempo 2003-2008, passando de 3.211 toneladas anuais em 2003 para 2.024 toneladas anuais em 2008. Entretanto a captura de demersais tem tido uma ligeira evolução positiva.

Gráfico 4: Capturas da frota nacional 2003-2008 (toneladas)

¹⁷INDP, 2010

¹⁸Oceanic Développement; Megapesca Lda, 2012

¹⁹INDP, 2010



Fonte: Elaboração própria²⁰

Não dispomos de nenhum estudo científico de referência que nos aponte para as razões específicas deste declive, mas noutras espécies este comportamento está geralmente relacionado com a grande pressão pesqueira que sofrem as espécies referidas e a sua situação de deterioração a nível global.

2.2 O quadro institucional e legislativo nacional em vigor

2.2.1 Quadro Institucional

O quadro institucional define os diferentes intervenientes e as responsabilidades existentes em relação ao setor das pescas. A gestão do setor está a cargo de diversos organismos governamentais, os quais têm diferentes quadros de competências. O setor está sob a responsabilidade do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima (MIEM), o qual conta, por sua vez, com uma Secretaria de Estado para os Recursos Marinhos.

Direção Geral dos Recursos Marinhos (DGRM)

A Direção Geral de Recursos Marinhos (DGRM) é o corpo responsável pela estratégia política de desenvolvimento do setor, pela gestão dos recursos, pela emissão de licenças, e pelo controlo da qualidade dos produtos pesqueiros, entre outros. Os escritórios centrais da Direção localizam-se na cidade da Praia, porém existem representações regionais, nomeadamente nas ilhas de São Vicente e Sal.

²⁰ Dados Oceanic Development; MegapescaLda, 2012

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

O INDP é um Instituto autónomo sob a tutela do MIEM. É responsável pela realização de estudos de investigação e pela produção de estatísticas pesqueiras que sustentam a elaboração dos planos de gestão das pescas. O Instituto tem a sua sede na ilha de São Vicente, mas também tem uma representação regional na cidade da Praia.

O corpo institucional do setor pesqueiro incluiu outros atores importantes que operam à escala nacional:

- Conselho Nacional das Pescas
- Instituto Marítimo Pesqueiro
- Guarda Costeira

2.2.2 Quadro legislativo em vigor

A instauração em grande escala das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), assim como a adoção, em 1982, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, retificado por Cabo Verde em 1987 marca uma mudança de paradigma na administração deste setor, passando o país a ter direitos e responsabilidades claramente definidas no que diz respeito à gestão e uso de recursos marinhos no interior da ZEE.²¹

O **Decreto-lei nº 53/2005 de 8 de agosto**, define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos. Ocupa-se das normas de acesso, da planificação da sua gestão e da fiscalização do exercício da pesca²² com base nos seguintes princípios:

- a. Princípio da responsabilidade ou da pesca responsável;
- b. Princípio de aproximação cautelosa ou de precaução, traduzido na adoção de medidas cautelares de gestão;
- c. Princípio de equidade intergeracional;
- d. Princípio de igualdade e não discriminação.

O Decreto-lei define também os mecanismos de gestão e integra os seguintes âmbitos:

- a. Tipos de atividades pesqueiras;
- b. Requerimentos necessários para a pesca relativamente a planos de gestão com capacidade para estabelecer regulações;
- c. Estabelecimento do Conselho Nacional das Pescas;
- d. Requerimentos, condições e procedimentos a aplicar assim como a suspensão de licenças de pesca;
- e. Proteção dos recursos marinhos;
- f. Investigação técnica e científica no setor;
- g. Monitorização Controle, Autorizações e Poderes;
- h. Regulação e estabelecimento de acordos com terceiros países.

²¹ Legislação pesqueira de Cabo Verde, Volume 1º: Praia Março de 2005.

²² Artigo 1º, Decreto Lei nº.53/2005; Legislação pesqueira de Cabo Verde, Volume 1º, Praia Março de 2005.

O Decreto-lei estabelece ainda as zonas marítimas, faz a distinção entre os diferentes tipos de pesca, e cria as bases para a regulação e o licenciamento do exercício desta atividade.

2.3 Estratégia Nacional no Domínio das Pescas

2.3.1 O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca 2004-2014

O Plano de Gestão dos Recursos da Pesca (PGRP) encontra-se enquadrado no domínio do Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II). Este tem sido o documento de referência para as políticas nacionais no âmbito das pescas em Cabo Verde. O plano define como objetivo geral do setor, o desenvolvimento económico e social do setor através da utilização sustentável dos recursos marinhos²³:

O PGRP identificou diversos problemas relativos à prática das atividades no setor da pesca, entre os quais destacam-se:

- a. A sobre-exploração dos tunídeos no Oceano Atlântico;
- b. A insuficiência das medidas de gestão;
- c. A fiscalização pouco atuante;
- d. A baixa produtividade da frota nacional;
- e. As dificuldades de comercialização interna;
- f. O acompanhamento não sistemático da pescaria;
- g. A prática da pesca ilegal;
- h. O desrespeito das condições estabelecidas nos acordos e contratos internacionais;
- i. A indefinição de uma estratégia definida para a pesca estrangeira.

No sentido de minimizar esses problemas identificados, uma série de medidas de gestão e conservação foram propostas²⁴.

- a. Reforço da legislação relativamente ao fornecimento de dados de captura;
- b. Utilização de mecanismos para a avaliação periódica dos recursos alvos das pescarias;
- c. Proibir em toda a ZEE a prática da pesca para tubarões para a extração de barbatanas;
- d. Implementar mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos de pesca;
- e. Colocação de observadores em pelo menos 25% das embarcações licenciadas.

O PGRP considera necessário *“um maior engajamento por parte das instituições envolvidas em geral no sistema de gestão das pescarias, a necessidade de uma coordenação/articulação da ação de fiscalização das atividades de pesca, o aumento dos recursos atribuídos pelo Governo”*²⁵.

²³ PGRP, 2004- 2014

²⁴ Todas as medidas de gestão e conservação assim como os problemas identificados podem ser encontrados no PGRP, 2004-2014.

²⁵ Plano de Gestão dos Recursos da Pesca Página 21

O sistema de gestão proposto pelo PGRP baseia-se em três componentes que caracterizam o mesmo: investigação, administração e fiscalização.

- i. A investigação, que tem por objetivo produzir informações e formular medidas de gestão baseadas no estado dos *stocks*. O organismo responsável é o INDP;
- ii. A administração por sua vez zela pelo estado da exploração dos recursos e está abaixo da tutela da DGRM;
- iii. A fiscalização por sua parte assegura o cumprimento dos operadores da pesca das leis e regulamentos.

Para atingir os objetivos propostos, os três componentes devem articular-se, tendo a administração como elemento central. Como mecanismo de seguimento do PGRP, devem ser apresentados relatórios de acompanhamento, revisões e avaliações. Estes devem incluir o grau de realização dos planos de execução bianuais, os progressos alcançados assim como propostas de orientação.

2.3.2 Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca 2012 - 2017

O plano estratégico de desenvolvimento da pesca é um instrumento que visa assegurar a coerência global das ações no setor e definir a contribuição de cada uma das suas componentes. O plano estratégico apresenta vários objetivos que visam assegurar o desenvolvimento do setor²⁶:

- I. Melhorar a governação do setor;
- II. Melhorar a fiscalização e a gestão dos recursos;
- III. Relançar a investigação;
- IV. Organizar e fortalecer a capacidade das partes interessadas na pesca;
- V. Modernizar as frotas nacionais;
- VI. Fazer de Cabo Verde uma plataforma giratória das frotas estrangeiras na sub-região.

O plano inclui diversas orientações para o desenvolvimento do setor, que vão desde orientações a nível estratégico, exploração dos recursos, organização e financiamento, investigação, estratégia de negociação, gestão dos acordos de pesca e cooperação internacional.

2.4 A dimensão internacional do setor pesqueiro cabo-verdiano

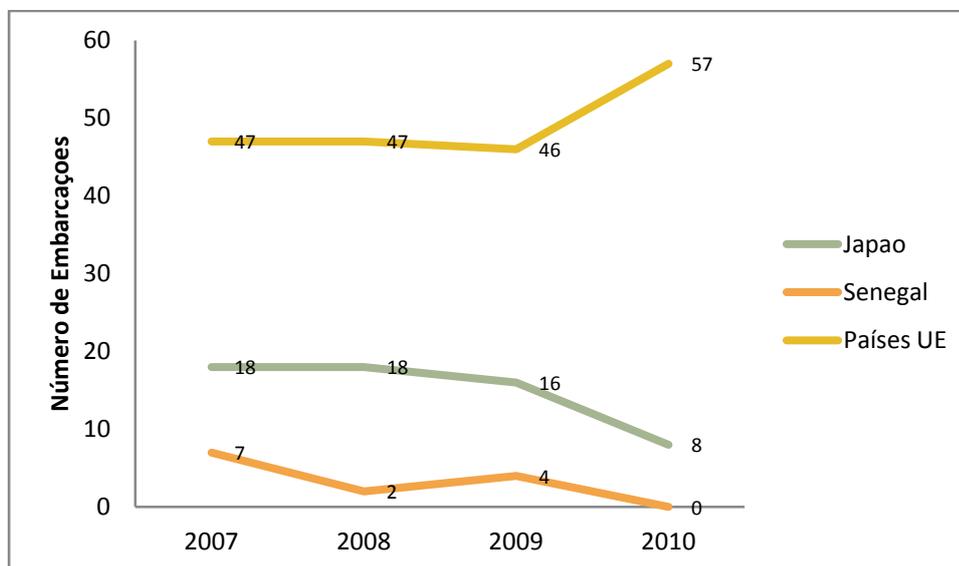
Cabo Verde tem uma vasta ZEE, na qual a frota cabo-verdiana tem capacidades limitadas de exploração, pelo que a política pesqueira atual permite o acesso de embarcações estrangeiras no sentido de explorar os recursos oceânicos que migram na ZEE. Estes recursos têm sido explorados nos últimos anos por frotas na UE, Japão e Senegal regulamentadas sob a forma de diferentes acordos e contratos.

Os acordos e contratos internacionais estão baixo o (?) Decreto-lei 53/2005, artigo 29º, que legislam o exercício da pesca.

²⁶PLAN STRATEGIQUE DE DEVELOPPEMENT DE LA PECHE (PSDP, 2012 – 2017); Rapport Final; Octobre 2012

No seguinte gráfico podemos observar o número de embarcações e países que usufruem dos acordos e contratos assinados com o Estado cabo-verdiano, assim como a evolução temporal destes.

Gráfico 5: Evolução de embarcações de pesca na ZEE de Cabo Verde, 2007-2010



Fonte: Elaboração própria²⁷

A participação do Senegal tem apresentado uma diminuição nos últimos anos, chegando a não operar nas águas cabo-verdianas. Uma tendência parecida observa-se com as frotas do Japão que apresentam uma diminuição significativa passando de 18 embarcações em 2007 a oito embarcações em 2010. No entanto pode observar-se uma tendência diferente relativamente às embarcações de países da UE: observa-se um aumento superior a 10 embarcações neste período de tempo.

2.4.1 Acordos UE

Cabo Verde tem uma larga história de negociações com a UE, que têm vindo a ser materializadas sob a forma de acordos bilaterais desde 1991. Em 2006 adotou-se um novo modelo de acordos bilaterais denominados Acordos de Parcerias no Domínio da Pesca e atualmente encontra-se vigente apenas o acordo referente à pesca do atum, para o período setembro de 2011 a agosto de 2014. Ele prevê uma compensação financeira anual de 435.000 € por parte da CE a Cabo Verde, 110.000 € dos quais devem ser afetados diretamente ao desenvolvimento da política do setor das pescas²⁸.

Tabela 5: Principais pontos do acordo

| | |
|------------------------|---|
| Vigência do acordo: | Cinco anos, renovável (30.3.2007-29.3.2012) |
| Vigência do protocolo: | Três anos |
| Tipo de acordo: | Acordo de pesca do atum |

²⁷Dados Oceanic Development; MegapescaLda, 2012 (a través da DGP, Comissão Europeia)

²⁸ Fonte: http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/index_pt.htm

| | |
|-----------------------------|--|
| Contribuição financeira: | 435 000 euros |
| Taxa a cargo dos armadores: | 35 euros por tonelada capturada (cercadores e palangreiros) 25 euros por tonelada capturada (atuneiros com canas) |
| Adiantamentos: | Atuneiros cercadores: 4375 euros por ano (capturas de referência: 125 t) - Palangreiros de superfície: 3150 euros por ano (capturas de referência: 90 t) - Atuneiros com canas: 450 euros por ano (capturas de referência: 18 t) |
| Tonelagem de referência: | 5 000 toneladas/ano |

Fonte: Comissão Europeia, Pescas

O Acordo e o Protocolo foram adotados pelo Conselho de Regulação da (EU) Nº 2027/2006. O Protocolo estabelece a possibilidade de pesca para embarcações da EU na ZEE de Cabo Verde, nomeadamente a palangreiros de superfície e atuneiros cercadores e com canas. Espanha é o país com a maior frota pesqueira operando na ZEE de Cabo Verde.

Tabela 6: Número e tipologia de embarcações operando na ZEE de CV por país

| | Espanha | França | Portugal | Total |
|------------------------------------|---------|--------|----------|-------|
| Atuneiros cercadores: | 16 | 12 | - | 28 |
| Palangreiros de superfície: | 26 | - | 9 | 35 |
| Atuneiros com canas | 7 | 4 | - | 11 |

Fonte: Comissão Europeia, Pescas²⁹

Também estabelece um marco lógico de parceria entre as duas partes, que prevê a definição de uma política pesqueira em Cabo Verde, harmonizada com a política pesqueira Europeia. Pretende criar as condições necessárias para atingir uma pesca sustentável³⁰. Para conseguir o objetivo estabelece uma série de princípios, normas e procedimentos:

- I. Cooperação económica, financeira, técnica e científica no setor das pescas, com vista a promover uma pesca responsável nas águas de Cabo Verde;
- II. Assegurar a conservação e a exploração sustentável dos recursos e desenvolver o setor pesqueiro de Cabo Verde;
- III. Acesso às embarcações da CE nas águas de Cabo Verde;
- IV. Cooperação em política pesqueira em Cabo Verde;
- V. Afiançar que as medidas de conservação e gestão são efetivas e assegurar que existe realmente a prevenção da pesca ilegal, não declarada e não regulada.

²⁹Fonte: http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/index_pt.htm

³⁰Oceanic Developpment; Megapesca Lda, 2012

O Protocolo tem como base os princípios do Código de conduta da FAO para a pesca responsável e o princípio da não-discriminação entre frotas³¹:

- a. A CE e Cabo Verde devem monitorizar a avaliação dos recursos na zona de pesca de Cabo Verde;
- b. As duas partes, baseadas nas recomendações e resoluções adotadas pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), devem consultar-se mutuamente num comité;
- c. Cabo Verde, em concordância com a CE, deve tomar medidas que assegurem a gestão sustentável dos recursos pesqueiros;
- d. Todas as partes devem consultar organizações internacionais competentes, de forma a conseguir uma melhor gestão e conservação dos recursos marinhos vivos no oceano atlântico;
- e. Ambas as partes devem cooperar em estudos científicos relevantes.

O incumprimento das condições essenciais do acordo ou dos compromissos por alguma das partes poderá pôr termo ao acordo.

2.4.2 Contrato Japão

Um contrato foi assinado com a Associação de Produtores Japoneses “Japan Tuna” no ano 1997, o qual permite que embarcações japonesas tenham acesso a ZEE de Cabo Verde para explorar especialmente o atum e espécies afins. Não se trata de um acordo bilateral entre países, pelo que a Associação de Produtores Japoneses paga uma taxa global para que as suas embarcações possam pescar por temporadas de seis meses, num valor total de 6.700 €, independentemente do número de embarcações que operam, porém cada embarcação tem que pagar uma licença de pesca³².

No contrato não está prevista qualquer tipo de compensação ligada diretamente com o facto das embarcações japonesas terem acesso à ZEE de Cabo Verde, mas Cabo Verde tem recebido apoio no domínio das pescas da Fundação Japonesa para a Cooperação nas Pescas (OFCF).

2.4.3 Contrato Senegal

Cabo Verde tem um contrato misto com o Estado senegalês, mediante o qual as embarcações senegalesas têm acesso à ZEE cabo-verdiana pagando somente uma taxa local para obter a licença. As embarcações senegalesas têm feito uso do contrato, mas não há nenhuma informação que indique que as embarcações cabo-verdianas tenham usufruído do mesmo³³.

2.5 Os programas e projetos apoiados pelos doadores

³¹ Fisheries Partnership Agreement between the European Community and the Republic of Cape Verde, 2006

³² Não tivemos acesso ao contrato de Pesca do “Japan Tuna” com o governo de Cabo Verde, pelo que não foi possível conhecer o valor da emissão das licenças das diferentes embarcações

³³ Oceanic Development; MegapescaLda, 2012

Os doadores internacionais, nomeadamente a União Europeia, a Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e Desenvolvimento AECID, o Banco Mundial e a Cooperação Francesa, têm um papel fundamental na estratégia nacional e no processo de desenvolvimento do setor e têm vindo a financiar diferentes projetos que visam o desenvolvimento do setor das pescas. Foi possível, no decurso do trabalho realizado, identificar diversos programas e projetos especificamente vinculados com a promoção da pesca, que visam apoiar os programas nacionais no setor.

2.5.1 A União Europeia

O projeto “Promoção do associativismo, das capacidades técnicas e do exercício da cidadania nas comunidades piscatórias de Porto Novo, Maio, Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau, em Cabo Verde”, implementado pela MORABI, teve início em novembro do ano 2011 e obteve recentemente uma prorrogação (até fevereiro de 2014).

Tabela 7: Caracterização do Projeto de Promoção do Associativismo

| | |
|---------------------------------|--|
| Implementação | MORABI |
| Organização financiadora | UE |
| Orçamento | 229.796,60 € |
| Data de início e termo | Novembro 2011 – fevereiro 2014 (extensão de 3 meses concedida) |
| Objetivos gerais | Contribuir para o empoderamento e a participação no diálogo político e social dos pescadores artesanais e peixeiras de Cabo Verde. |
| Objetivos específicos | <ul style="list-style-type: none"> - Associativismo do setor da pesca artesanal reforçado com critérios de sustentabilidade e rentabilidade mediante o incremento de capacidades técnicas dos seus associados; - Contribuir para a promoção dos Direitos Humanos e o exercício da cidadania das populações das comunidades piscatórias através de um programa integrado de Informação, Educação, Comunicação e Formações. |
| Resultados obtidos | <ul style="list-style-type: none"> - A vida e compromisso associativo é reativada e reforçada; - Está consolidado e alargado um sistema eficiente de comercialização de pescado nos quatro municípios, através de privados; - Está assegurado aos operadores da pesca dos quatro municípios, acesso ao crédito; - Aumentou-se a auto-organização dos operadores de pesca e estreitada a sua colaboração com os diversos parceiros, através do diálogo social e do exercício de Direito e Cidadania; - Assegurada a gestão participativa do projeto nos quatro municípios. |
| Mecanismos de seguimento | de Avaliação externa – intermédia e final; Relatórios; Fotografias; Encontros regulares com os parceiros. |

Público-alvo

Operadores da pesca artesanal, camada da população mais desfavorecida das comunidades piscatórias dos Municípios de Maio, Porto Novo, Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau

Fonte: MORABI, 2013³⁴

O projeto visa promover a participação social no diálogo político nacional, assim como o associativismo. Está enquadrado na política atual da UE de promoção da “Coerência para o Desenvolvimento”, tendo como uma das finalidades mais importantes a promoção da participação dos cidadãos. Insere-se numa das preocupações da estratégia para o setor dentro PEDP, referente à necessidade de organizar e fortalecer a capacidade de participação nos processos de tomada de decisões das partes diretamente vinculadas à atividade pesqueira.

2.5.2 Agência Espanhola para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento (AECID)

A AECID financia projetos ligados direta e indiretamente ao setor das pescas e trabalha fundamentalmente com a DGRM, e algumas ONG locais (MORABI, Atelier do Mar), em parceria com ONG espanholas como a ODAM.

³⁴Entrevistas feitas às ONG

Tabela 8: Caracterização do CAP

| | |
|---------------------------------|--|
| Nome do projeto | CAP Desenvolvimento das (?) capacidades produtivas e organizativas das comunidades rurais de Santo Antão |
| Implementação | MORABI |
| Organização financiadora | AECID |
| Orçamento | 157.329 € |
| Data de início e termo | Abril 2012 – outubro 2013 |
| Objetivos gerais | Contribuir para o aumento das capacidades e da autonomia das comunidades rurais de Cabo Verde. |
| Objetivos específicos | Desenvolvimento das capacidades produtivas e organizativas da população rural das comunidades da ilha de S. Antão (municípios de Ribeira Grande, Paul e Porto Novo). |
| Resultados obtidos | <ul style="list-style-type: none"> - Garantida e reforçada a capacidade institucional da MORABI; - Reforçadas as capacidades dos agricultores, criadores de gado, pescadores/peixeiras e vendedoras; - Melhorada a capacidade de auto-organização dos agricultores, criadores, pescadores/peixeiras e vendedoras nos municípios de intervenção; -Garantido o acesso ao micro-crédito para os agricultores, criadores, pescadores/peixeiras e vendedoras. |
| Mecanismos de seguimento | Relatórios trimestrais enviadas ao AECID; Fotografias; |
| Público-alvo | Agricultores, criadores, pescadores/peixeiras e vendedoras dos 3 municípios de Santo Antão. |

Fonte: MORABI,2013

Este projeto formou cerca 26 pescadores e peixeiras em Ribeira Janela e 33 em Porto Novo. As áreas de formação foram diversas e incluem a formação em transformação e conservação de pescado, gestão financeira, associativismo entre outros.

Tabela 9 Caracterização do PODPA

Fonte: AECID; Representação em Cabo Verde e DGRM, 2013

A interseção do projeto com a estratégia nacional dá-se aquando da promoção da cogestão e gestão sustentável dos recursos marinhos. Também inclui a organização e fortalecimento das comunidades de pesca artesanais de Cabo Verde.

Tabela 10: Caracterização do projeto “ Laboratório Oficial de Análise de Produtos da Pesca no Mindelo”

| | |
|---------------------------------|--|
| Nome do projeto | Laboratório Oficial de Análise de Produtos da Pesca no Mindelo |
| Implementação | Ministério de Infraestruturas e Economia Marina. DGP |
| Organização financiadora | AECID |
| Orçamento | 318.215 € |
| Data de início e termo | 2012-2014 |
| Objetivos gerais | Melhorar a qualidade dos produtos da pesca em Cabo Verde |
| Objetivos específicos | Pôr em funcionamento o Laboratório Oficial de Análise de Produtos da Pesca do Mindelo, completando a sua construção. Prestação de atividades necessárias na assistência técnica, a fim de melhorar a capacidade de controlo de qualidade dos produtos da pesca em Cabo Verde. |

Fonte: AECID, Representação em Cabo Verde, 2013

2.5.3 Banco Mundial

O Projeto Regional das Pescas para a África Ocidental (PRAO) em Cabo Verde representa uma das ações mais importantes levadas a cabo no setor das pescas. Este foi o responsável pela elaboração e implementação do PEDP, que estabelece as bases para o desenvolvimento estratégico do setor e constrói os suportes necessários para a implementação da estratégia nacional das pescas.

Tabela 11: Caracterização PRAO

| | |
|---------------------------------|---|
| Nome do projeto | Projeto Regional das Pescas para a África Ocidental em Cabo Verde |
| Implementação | Direção Geral dos Recursos Marinhos |
| Organização financiadora | Governo de Cabo Verde e Banco Mundial (GEF e IDA) |
| Orçamento | 8 000.000 USD (2 000.000 GEF + 6 000.000 IDA) |
| Data de início e termo | 30 De Abril de 2010 |
| Fases | 1ª fase de cinco anos, até abril de 2015 Prevista uma 2ª fase de cinco anos. |
| Área de atuação | Boa governação nas pescas, incluindo a avaliação de recursos pesqueiros, luta contra pesca INN, introdução de direitos de uso territorial de pesca (cogestão) e promoção de valor acrescentado aos produtos da pesca. |
| Objetivos gerais | Aumentar de forma sustentável a riqueza total gerada pela exploração dos recursos marinhos. |
| Objetivos específicos | - Criar capacidades a nível da administração e dos parceiros do setor pesqueiro; - Apoiar na concretização dos compromissos derivados da assinatura do Plano de Ação para Redução da Pesca Ilegal, Não-regulada e Não- |

| | |
|---------------------------------|--|
| | reportada; - Identificar e implementar medidas para aumentar os benefícios a retirar dos seus recursos haliêuticos pelos países participantes. |
| Resultados esperados | - Principais recursos pesqueiros reavaliados; - PEDP em implementação; - Um painel de bordo elaborado e implementado; - Duas zonas de cogestão pesqueira definidas e implementadas; - Sistema de regulação do acesso definido e implementado na Pesca Artesanal; - Duas estações costeiras de fiscalização pesqueira a serem implementadas; - Dois complexos de atividades económicas criados em Cabo Verde. |
| Resultados obtidos | - PGRP revisto e atualizado; - PEDP elaborado; - Sistema de Registo de Navios de pesca elaborado e implementado; - Duas estações costeiras de fiscalização pesqueira participativa construídas; - Um Corpo Nacional de Inspectores de pesca criado e funcional; - Um Corpo Nacional de Observadores de bordo criado e funcional; - Um Plano Nacional de Fiscalização Pesqueira elaborado e em implementação. |
| Mecanismos de seguimento | Quadro de indicadores de performance em fase de elaboração. |
| Público-alvo | Operadores de pesca no geral. |
| Sustentabilidade futura | Prevê-se uma 2ª fase de igual duração, visando a consolidação dos resultados adquiridos e, eventualmente o alargamento a novas atividades como a aquicultura, sempre numa lógica de apropriação progressiva dos resultados e das responsabilidades financeiras pelos cabo-verdianos. |

Fonte: DGRM

A visualização do quadro geral de projetos no setor das pescas em Cabo Verde permite fazer a caracterização do setor e dos esforços realizados no sentido de potencializar o desenvolvimento estratégico do mesmo.

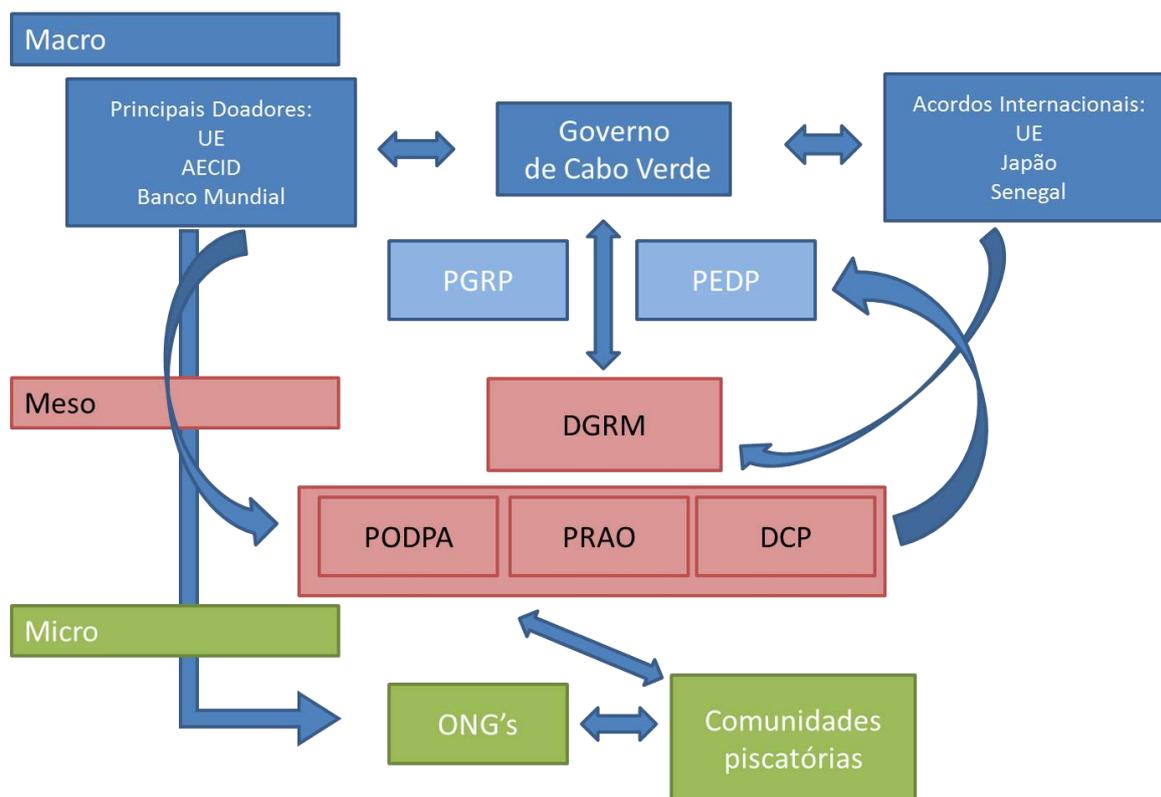
No decurso deste trabalho procederemos à verificação da coerência dos mesmos, especialmente daqueles implementados pela DGRM, nomeadamente PODPA e PRAO e que tem uma relação direta com o PGRP e PEDP, ou seja, com as medidas políticas nacionais para o setor assim como o plano estratégico de desenvolvimento do mesmo.

3 Estrutura de análise dos níveis de gestão e de participação do Setor das Pescas

3.1 Marco Lógico

Para procedermos à apresentação organizativa da estrutura de gestão do setor das pescas, estruturámos a abordagem com recurso a uma perspetiva de análise Macro, Meso e Micro. Esta abordagem facilita a descrição das diferentes esferas de gestão, vinculando-a ao desenho e à planificação das medidas nos diferentes níveis e à sua implementação e materialização. Permite ainda dimensionar o impacto das medidas sobre as populações-alvo. A definição da estrutura dos três níveis de atuação possibilita o mapeamento do setor, na medida em que permite visualizar as relações entre os diferentes níveis.

Figura 2: Representação das relações entre os níveis Macro, Meso e Micro



O esquema identifica as relações e os canais de ligação existentes entre os diferentes níveis. Os canais de comunicação são caracterizados por serem fundamentalmente *top-down*. É feita a planificação desde o nível macro com a elaboração do PGRP e do PEDP, com o intuito de implementar os mesmos, promove-se a materialização do PODPA, PRAO e DCP a nível Meso que, sendo o nível “ponte” entre os dois extremos, estabelece a conexão entre as estratégias nacionais e as comunidades ligadas diretamente à atividade piscatória.

Nível Macro

A nível macro os instrumentos fundamentais de gestão constituem os mecanismos que garantem o funcionamento do sistema, assim como o cumprimento dos compromissos assumidos a nível governamental. No caso do setor das pescas são: o plano estratégico de desenvolvimento do setor, o regime jurídico-legal e os acordos internacionais e regionais assinados por Cabo Verde.

Tabela 12: Componentes do Nível Macro

| Instrumentos Nacionais | |
|--------------------------------|--|
| Programas | DCRP III Agenda estratégica Plano de gestão dos recursos da pesca (PGRP) 2004-2014. Plano Estratégico do desenvolvimento da pesca (PEDP) 2012-2017 |
| Regime Jurídico e Legal | Decreto-lei nº.53/2005; Legislação pesqueira de Cabo Verde |

Tabela 13: Acordo e Contrato Internacional Pesca

| Acordos Internacionais | |
|------------------------|---|
| Acordos | Acordos de Parcerias no domínio da Pesca com a UE |
| Contratos | Contrato Japão Contrato Misto Senegal |

Nível Meso

Abrange o estado de materialização dos compromissos, através da análise dos projetos levados a cabo e finalizados recentemente no domínio das pescas. A sua abordagem permite verificar o impacto a nível meso do PGRP e PEDP, assim como dos compromissos assumidos a nível macro. Também permite estabelecer as ligações dos projetos com a estratégia nacional no domínio das pescas.

Tabela 14: Projetos DGRM

| Compromissos – Planos e Projetos Nacionais | |
|--|--|
| PODPA | Plano Operacional para o Desenvolvimento da Pesca Internacional |
| PRAO | Projeto Regional da pesca da África Ocidental |
| DCP | Projeto de apoio à instalação de Dispositivos de Concentração de Peixe |

Nível Micro

Nele é analisado o estado de execução dos projetos do setor das pescas, atendendo a perceção do público-alvo sobre os problemas das comunidades e ao impacto das ações realizadas no terreno, para a materialização das políticas nacionais.

Tabela 15: Programas e projetos do setor das pescas apoiados pelos doadores.

| Materialização das políticas e projetos no terreno | | |
|--|----------|---------------------------------------|
| Instituições | Projetos | Doadores |
| | DCP | Cooperação Francesa |
| DGP | PODPA | AECID |
| | PRAO | Banco Mundial e Governo de Cabo Verde |

A análise das atividades realizadas no terreno pelos diferentes projetos permite conhecer as perspetivas dos beneficiários dos projetos, assim como compreender o impacto das políticas sobre o público-alvo.

Igualmente oferece a possibilidade de estudar a sustentabilidade futura dos projetos e as perceções que as comunidades têm sobre os mesmos.

3.2 Análise dos níveis de gestão Macro e Meso

A análise dos resultados obtidos no setor das pescas referente aos níveis de gestão, Macro e Meso permite uma leitura orientada para o conhecimento dos aspetos específicos em relação às políticas aplicadas, tanto a nível internacional como nacional, assim como a implementação e materialização das mesmas.

3.2.1 Nível Macro

3.2.1.1 Políticas nacionais e planos estratégicos do setor.

O DCRPIII identifica a pesca como uma das sete áreas com forte potencial no desenvolvimento de Cabo Verde. Segundo a Agenda Estratégica do mesmo, pretende-se construir uma economia marítima baseada na pesca entre outros setores. Tendo este setor um forte potencial para o desenvolvimento de Cabo Verde, é importante ressaltar que a gestão do mesmo se faz sob a tutela do Plano de Gestão dos Recursos da Pesca que se enquadra, por sua vez, dentro do PANA II. Juntamente com o PGRP e no sentido de melhorar o desenvolvimento do setor das pescas, elaborou-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas, que pretende dar orientações estratégicas para o desenvolvimento do mesmo.

O PGRP identifica uma série de problemas no setor³⁵ e as respetivas medidas de gestão e conservação com vista a solucionar os problemas identificados. Oito anos depois da elaboração do PGRP (documento base) o PEDP também identifica diferentes problemas ligados ao setor.

Tabela 16: Resumo dos problemas identificados no setor

| Problemas identificados e necessidades de melhoria | PGRP 2004 | PEDP 2012 |
|---|----------------------|----------------------|
| Sobre-exploração dos tunídeos a nível do oceano atlântico. | X | |
| Não existência de uma estratégia definida para a pesca estrangeira | X | |
| Fiscalização pouco atuante | X | X |
| Problemas identificados e necessidades de melhoria | PGRP | PEDP |
| Insuficientes medidas de gestão | | X |
| Baixa produtividade da frota nacional | X | |
| Dificuldades de comercialização interna | X | |
| Acompanhamento não sistemático da pescaria | X | X |
| Pesca ilegal | X | |
| Não respeito das condições estabelecidas nos acordos e contratos internacionais | X | |
| Necessidade de melhoria na governação | | X |
| Necessidade de organizar e fortalecer as capacidades das partes interessadas | | X |
| Investigação | | X |

Como se pode observar na tabela as diferenças nos problemas identificados nos dois planos não são expressivas.

3.2.1.2 Acordos e contratos internacionais de pesca

Nos capítulos anteriores procedemos à descrição e à caracterização dos acordos e contratos no domínio das pescas negociados diretamente pelo Governo de Cabo Verde. O Acordo com a UE prevê uma compensação económica anual para além do pagamento das licenças para pescar na ZEE de Cabo Verde. Os contratos por sua parte não contemplam nenhuma compensação financeira por parte dos beneficiários das licenças, mas prevêm o pagamento das respetivas taxas para que as embarcações possam usufruir do acesso à ZEE de Cabo Verde. A implementação dos mesmos tem gerado certa controvérsia na sociedade civil cabo-verdiana gerando sugestões para a revisão dos mesmos.

³⁵Ver Capítulo 4, ponto 4.3.1 PGRP

Políticas e Planos Nacionais

Pela primeira vez e desde 2012, o setor das pescas conta com um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca, que não aparece acoplado ao desenho de objetivos e medidas estratégicas de outros setores de desenvolvimento.

Os planos de gestão apresentam objetivos bem definidos e estão sujeitos a um sistema de seguimento com marcos temporais bianuais, os quais possibilitam a avaliação periódica do setor e que a gestão do mesmo seja muito mais eficiente.

A legislação do setor cria uma sólida base jurídica para a implementação de boas práticas de governação que permite a melhoria da gestão.

O aparelho governamental conta com ferramentas que facultam aos gestores do setor mecanismos de orientação em quase todas as componentes e áreas do mesmo.³⁶

Uma das grandes oportunidades para o desenvolvimento do setor é o facto do mesmo ser considerado fundamental para o país e encontrar-se entre as sete áreas com forte potencial para o desenvolvimento. Esta perspetiva gera expectativas positivas e constitui uma corrente catalisadora e dinamizadora do setor.

Acordos e contratos

O Acordo de Parceria com a UE vem acompanhado por uma contribuição financeira de 435.000 €, dos quais 110.000 € estão destinados única e exclusivamente para o desenvolvimento do setor das pescas. No caso de Cabo Verde, o total da contribuição é destinado ao setor, designadamente à DGRM, ao INDP e à Guarda Costeira. Dotam assim as instituições de um suporte financeiro importante.

A cooperação económica, financeira, técnica e científica prevista no acordo, traz consigo a possibilidade de Cabo Verde dinamizar o setor.

A oposição clara em relação à pesca ilegal realizada nas águas de Cabo Verde (exemplo China) gera a ativação de mecanismos que permitam o controlo da pesca ilegal, não regulamentada e não reportada, permitindo a promoção da pesca sustentável.

O contrato com a “Japan Tuna” não tem previsto nenhuma contribuição financeira direta mas Cabo Verde tem vindo a receber assistência técnica prestada por parte da OFCF. A assistência incluiu a construção do novo porto pesqueiro de São Vicente, assim como melhorias estruturais, introduzidas no cais da Cidade da Praia.

³⁶Descrição PEDP

Os acordos e contratos trazem consigo boas práticas e experiências positivas ligadas diretamente ao setor e que estão em harmonia com as políticas nacionais.

3.2.1.4 As incongruências e incoerências identificadas

O atual cenário das pescas é complexo e inclui muitos fatores. Os principais instrumentos que orientam a gestão são o PGRP e o PEDP, nomeadamente para a materialização da gestão e conservação, a fiscalização, a investigação (produção de informação). Esses instrumentos incluem, as orientações políticas regionais e internacionais. As instituições responsáveis pela gestão e desenvolvimento do setor (DGRM), as encarregadas da investigação e observação do estado dos recursos (INDP) e, fundamentalmente, as comunidades pesqueiras do país completam o quadro de gestão do setor das pescas.

Cabo Verde dispõe de uma legislação específica para a pesca. O Decreto-lei nº 53/2005 está especialmente ligado à fiscalização e planificação do setor. Propõe mecanismos de gestão que incluem a proteção, investigação, monitorização, e regulação dos acordos internacionais de pesca entre outros. O PGRP, pretendendo a materialização das medidas de gestão, propõe um sistema baseado em três pilares fundamentais – administração, fiscalização e investigação.

Figura 3: Representação do Sistema de Gestão PGRP



Regista-se uma certa incoerência entre as orientações de gestão e a implementação. O PGRP, assim como PEDP, apontam a fiscalização como sendo um dos pilares mais importantes para a gestão dos recursos marinhos de uma forma sustentável. Ter um mecanismo de fiscalização forte e com capacidade logística e administrativa para levar a cabo as suas funções, permitiria aumentar a sinergia e minimizar as incongruências existentes.

Os planos de gestão têm sido especialmente incisivos enquanto a fiscalização é pouco atuante. Os mecanismos de monitorização e supervisão têm-se mostrado pouco eficientes, fundamentalmente no que diz respeito à fiscalização de embarcações estrangeiras e em alto mar. Os planos de gestão e programas, assim como as recomendações neles expostas, não se materializam na sua totalidade. A fiscalização pouco atuante coloca obstáculos à aplicação das medidas políticas de gestão, criando inconsistências com a estratégia nacional de desenvolvimento do setor.

Embora não se tenha denunciado a pesca ilegal, não-regulamentada e não-reportada, a fiscalização em toda a área da ZEE tem sido pouco atuante. Podendo permitir a realização destas práticas na ZEE de Cabo Verde, devido fundamentalmente à pouca capacidade de monitorização, avaliação e supervisão da mesma. As descargas em portos da costa ocidental africana constituem outro dos fatores de risco para a prática da pesca ilegal em águas cabo-verdianas.

A investigação, e conseqüentemente a produção de dados e informações, representam outro dos pilares fundamentais do sistema de gestão proposto pelo PGRP. A produção de informação serve de guia à administração na elaboração de medidas políticas de gestão. Diversos relatórios³⁷ referentes à pesca em Cabo Verde, apontam para a necessidade de atualização dos dados referentes ao estado dos *stocks* pesqueiros de Cabo Verde. Identifica-se também a necessidade urgente de realização de estudos de impacto das pescarias estrangeiras nas águas de Cabo Verde.

A não ativação de mecanismos que permitam a melhoria das informações produzidas, assim como a não utilização de todas as informações técnicas e científicas aquando da implementação das medidas políticas de gestão, causam uma desconexão entre a implementação no terreno e as recomendações dadas pelo PGRP, criando inconsistências entre as informações e a prática.

Figura 4: Representação das Conexões e Incoerências



A base estrutural do sistema de gestão das pescas em Cabo Verde apresenta inconsistências com o PGRP. A fiscalização pouco atuante, a falta de atualização da produção de informações e a desconexão com o órgão administrativo originam esta inconsistência. O panorama existente retarda o desenvolvimento do setor e não permite a efetividade das medidas políticas.

O presente trabalho identifica também os Acordos de Parceria nas Pescas como outro dos aspetos importantes a analisar tendo em conta a efetividade das medidas políticas de gestão. Estes têm uma influência importante aquando da política pesqueira nacional e internacional, tendo em conta as bases legais do mesmo.

³⁷SPECIFIC CONVENTION N°28: EX-POST EVALUATION OF THE CURRENT PROTOCOL TO THE FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND CAPE VERDE AND ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE FUTURE PROTOCOL ON SUSTAINABILITY, Relatório final, outubro 2012

O PGRP identifica o incumprimento dos mesmos como sendo um dos problemas focais existentes no âmbito das pescas em Cabo Verde, criando assim uma grande controvérsia materializada sob a forma de denúncias de não cumprimento dos mesmos³⁸.

A organização Biosfera I denunciou a pesca de diversas espécies de tubarões para a extração de barbatanas, assim como de espadarte por parte de embarcações com licença ao abrigo do Acordo de parecia com a UE. A organização denuncia a descarga, no ano 2012, de 12.000 toneladas³⁹ de diversas espécies de tubarões, ultrapassando, por si só, as quantidades especificadas no Acordo. Segundo a mesma fonte, estas quantidades representam um benefício anual de 200 milhões de euros enquanto que o estado cabo-verdiano recebe 70 ECV por cada tonelada extra.

O acordo em si limita-se à pesca do atum, o que torna ilegal, portanto, a pesca de tubarões e espadarte nas águas de Cabo Verde, por embarcações ao abrigo do acordo de parceria com a UE. O Plano de Gestão, assim como o Decreto-lei 53/2005, proíbem a pesca do tubarão só com o intuito de extrair as barbatanas. O não respeito tanto das medidas políticas como das bases legais de gestão das pescas em Cabo Verde fazem com que os acordos entrem em conflito e inconsistência tanto com as medidas políticas nacionais, como com as medidas políticas adotadas e promovidas pela UE no sentido de fomentar a pesca sustentável.

As bases legais do acordo preveem a promoção da pesca sustentável, a conservação e exploração sustentável dos recursos, a cooperação económica, financeira, técnica, científica e política no setor. As ações levadas a cabo pelas embarcações sob o abrigo do acordo estão em clara inconsistência com o próprio acordo.

A mesma organização denuncia a pouca ou quase inexistente fiscalização dos barcos estrangeiros. Este facto ilustra a realidade atual relativamente à falta de capacidade de fiscalização existente em Cabo Verde pondo em causa a atuação do órgão responsável não só pela fiscalização, mas também pela gestão e conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde. O PGRP propõe como medida de gestão a implementação de mecanismos de acompanhamento previstos nos acordos assim como a colocação de observadores nacionais em 25% das embarcações licenciadas.

A não existência de observadores nacionais nas embarcações estrangeiras assim como a pouca fiscalização nos portos são as principais causas que permitem este tipo de ações.

O acordo em si prevê que tanto a UE como Cabo Verde devem monitorizar a avaliação dos recursos na zona de pesca de Cabo Verde. A negociação dos mesmos faz-se sob a condição essencial da avaliação do estado dos recursos marinhos nacionais. Existem diversos relatórios⁴⁰ referentes a pesca em Cabo

³⁸Biosfera I através da Plataforma de ONG's

³⁹Tommy Melo, Biosfera I, Entrevista, Dados Alfândega São Vicente

⁴⁰SPECIFIC CONVENTION N°28: EX-POST EVALUATION OF THE CURRENT PROTOCOL TO THE FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND CAPE VERDE AND ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE FUTURE PROTOCOL ON SUSTAINABILITY, Relatório final, outubro 2012

Verde, que apontam para uma sobreestimação das capacidades de pesca e conseqüentemente para a necessidade de atualização dos dados referentes ao estado dos *stocks* pesqueiros de Cabo Verde.

O acordo negocia-se tendo por base a estimativa potencial dos recursos existentes no país que se situa entre as 36.000 e as 44.000 toneladas. Os dados não estão atualizados, portanto não se conhecem as capacidades reais do *stock* nacional. A não atualização dos dados revela a inconsistência do acordo pondo em causa a negociação do mesmo e a do próprio plano estratégico de desenvolvimento do setor. As mesmas preocupações estão patentes em relação aos contratos com o Japão e Senegal.

Figura 5: Representação das relações entre atores no nível macro



A fiscalização pouco atuante, a dificuldade de produção e uso de dados e informações assim como o incumprimento das bases legais dos acordos marcam a inconsistência existente em relação ao marco legislativo que regula a pesca em Cabo Verde, assim como o PGRP. A dificuldade de implementação dos acordos ressalva a incoerência existente a nível macro aquando da materialização no terreno das medidas de gestão e planificação desenhadas. Igualmente gera um distanciamento entre a prática identificada no terreno e as políticas de gestão, tanto nacionais como internacionais.

Uma melhor análise e entendimento dos elementos essenciais do sistema de gestão poderia levar a uma melhoria significativa do setor. O uso de metodologias ligadas a CPD ajudaria no funcionamento efetivo do sistema, identificando os pontos centrais de inconsistência existente entre a implementação das medidas de gestão, dos planos de desenvolvimento estratégico e a prática realizada.

3.2.2 Nível Meso

A materialização dos compromissos assumidos a nível macro permite verificar o impacto a nível Meso do PGRP e o PEDP. A implementação de projetos planificados e projetados a nível nacional visualizam o efeito das medidas políticas de gestão.

O presente trabalho analisa o contexto geral dos projetos que materializam os planos de gestão nacionais. Estes permitem a visualização e hierarquização dos objetivos principais no que diz respeito ao plano estratégico nacional.

O Plano Operacional para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal (PODPA), o Projeto Regional para a Pesca da África Ocidental em Cabo Verde (PRAO) e o Projeto de Instalação de Dispositivos de Concentração de Peixe, materializam as ações planeadas a nível macro⁴¹.

PODPA, PRAO e DCP

- I. PODPA: O plano visa melhorar as condições de vida das comunidades piscatórias de Cabo Verde. O reforço e a estruturação das organizações e associações das comunidades piscatórias através da promoção do associativismo, a melhoria das opções existentes no que diz respeito à concessão de micro créditos e sobretudo à formação e capacitação das comunidades piscatórias em matéria de conservação, comercialização e empreendedorismo compõem os objetivos principais do plano;
- II. PRAO: O projeto encontra-se sob a tutela do DGRM e visa melhorar a governabilidade no setor. A melhoria da gestão do acesso aos recursos através da instauração de licenças, a melhorada informação existente sobre a situação socioeconómica da pesca assim como o reforço dos serviços de supervisão e formação de inspetores de pesca visam fortalecer a capacidade de gestão e aplicação das medidas políticas dos organismos pertinentes.
- III. DCP: O projeto de apoio a cogestão dos dispositivos de concentração de peixe tem como objetivo principal a instalação de sistemas que permitam a gestão sustentável das pescas e do meio marino e a realização de planos biológicos, económicos e sociais.

Tanto o PGRP como o PEDP tem entre os seus objetivos principais a melhoria da governação, a melhoria das condições de vida das comunidades assim como a promoção da cogestão. Conseguir a correta estruturação do sistema de gestão, a gestão sustentável e conservação do meio marinho, depende em grande medida da capacidade de materialização dos projetos e o conseqüente impacto nas comunidades piscatórias.

3.2.2.1 Identificação de boas práticas

Dispositivos de Concentração de Peixe (DCP)

A ferramenta instalada promoveu a cogestão dos recursos, criando um mecanismo de comunicação e participação nas comunidades e incentivando a conexão interna devido fundamentalmente à necessidade de manutenção do DCP.

⁴¹Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas

O projeto promoveu a capacitação de 2 ou 3 pescadores em cada comunidade no intuito de fazer a manutenção do DCP, o que reforça as capacidades técnicas dos operadores de pesca.

O dispositivo permitiu conhecer a localização exata dos recursos facilitando o acesso aos mesmos e minimizando os esforços económicos e de deslocação dos operadores.

Plano Operacional de Desenvolvimento da Pesca Artesanal⁴² (PODPA)

O PODPA materializa as medidas políticas de gestão manifestadas pelo PGRP e PEDP.

O relatório final do PODPA destaca os resultados obtidos, como grandes ganhos a nível da gestão do setor:

- a. Melhoria das capacidades técnicas da DGP e do Ministério;
- b. Melhoria das capacidades técnicas do IMP em matéria de fiscalização;
- c. Desenvolvimento e implementação de um programa de formação marítima;
- d. Fortalecimento do associativismo das comunidades pesqueiras.

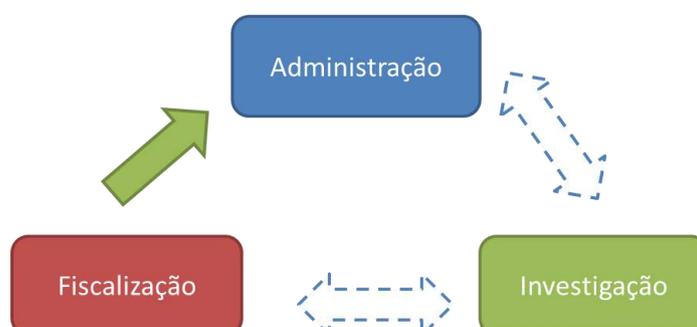
A organização e capacitação das comunidades piscatórias reforçam a gestão e a cogestão do setor das pescas em Cabo Verde. A formação de 50 marinheiros pescadores de todas as ilhas favorece a capacitação técnica dos recursos humanos existentes. O reforço e capacitação de inspetores das várias instituições ligadas à fiscalização nomeadamente Polícia Marítima, Guarda Costeira, técnicos da DGRM, permitem a dinamização e implementação de mecanismos que ativem a fiscalização em Cabo Verde, a nível local.

PRAO: Projeto Regional da pesca da África Ocidental em Cabo Verde

O PRAO é caracterizado pela sua capacidade de atuação *bottom-up*. O Plano Estratégico de Desenvolvimento das Pescas (PEDP) foi elaborado sob a tutela do PRAO, influenciando diretamente a estratégia de desenvolvimento do setor a nível Macro.

O projeto dota ao sistema de ferramentas que permitem a dinamização da gestão do setor. O mesmo possibilita fazer a identificação e hierarquização dos objetivos do setor assim como reconhece os principais problemas ligados ao desenvolvimento económico, social e ambiente marinho.

Figura 6: Representação da dinamização do sistema de gestão, PRAO



⁴²Relatório final do PODPA

As atividades levadas a cabo na implementação do projeto permitiram a dinamização do setor, tendo em conta que o mesmo⁴³:

- i. Promoveu a pesquisa do estado do *stock* tanto através de métodos indiretos como diretos (sondagem acústica) e igualmente disponibilizou recursos financeiros como humanos neste sentido;
- ii. Promoveu a formação de 27 inspetores na área da fiscalização pesqueira. Destes, 18 estão empregados, o que tem contribuído para fortalecendo o sistema de fiscalização local;
- iii. Elaborou um Plano Nacional de Fiscalização;
- iv. Promoveu a reabilitação do cais da Praia, com a intenção de criar uma instituição acreditada para a exportação;
- v. Promoveu a cogestão;
- vi. Promoveu o registo das embarcações de pesca.

O projeto melhorou as capacidades técnicas e de fiscalização reforçando o sistema de gestão planeado pelo PGRP

3.2.2.2 As incongruências e incoerências identificadas

A implementação de mecanismos que garantam a sustentabilidade futura dos projetos permite a correta materialização dos projetos assim como potencializa o desenvolvimento do setor. A não existência de tais mecanismos cria inconsistências entre a materialização dos projetos e a sustentabilidade futura dos mesmos, que tem um impacto direto tanto nas medidas de gestão planificadas como nas comunidades piscatórias.

Dispositivos de Concentração de Peixe (DCP)

O não funcionamento, na atualidade, dos DCP's nas comunidades de Ribeira Barca e Pedra Badejo, reflete a exclusão de mecanismos que garantam a sustentabilidade futura das medidas de gestão. O projeto põe em questão a funcionalidade prática do mesmo e o impacto real nas comunidades.

O plano de implementação do projeto conta com uma ferramenta que permite a manutenção dos dispositivos, mas os mecanismos necessários para a materialização do mesmo não foram dinamizados e, portanto, não funcionam na atualidade.

Se bem que se pode alegar que se trata da falta de cuidado por parte dos pescadores da zona, uma vez recebida a formação para a manutenção dos DCP's, era previsto dotar as comunidades de recursos materiais que permitissem fazer a manutenção destes. Estes nunca chegaram às comunidades fazendo com que a manutenção dos DCP's não pudesse ser feita.

⁴³Manual implementação PRAO

A falta de dinamização dos mecanismos de sustentabilidade futura expõe falhas na execução dos projetos, resultando na perda dos canais de comunicação entre as comunidades e as instituições responsáveis pela administração e gestão das pescas. Conseqüentes, os canais ficam enfraquecidos e dificultem o processo de desenvolvimento das comunidades.

Plano Operacional de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (PODPA)

A criação de redes de extensão pesqueira é uma das atividades principais do projeto que tem como objetivo fortalecer os canais de comunicação e participação entre os órgãos administrativos e as comunidades representadas pelos líderes comunitários. Entretanto não foi dimensionado o tempo necessário para a realização desta atividade, nem a sobrecarga que pode representar para os mesmos. Estes factos juntamente com a não existência de mecanismos dinamizadores das redes de extensão resultaram na quase paralisação das mesmas e na conseqüente perda dos canais de comunicação.

A falta de mecanismos de sustentabilidade futura gerou a desconexão e perda da dinâmica necessária junto das comunidades.

Estas características evidenciam desconexões entre a implementação e a prática no terreno, o que potencializa a inconsistência entre os resultados obtidos e a planificação do projeto. Conseqüentemente identificamos a falta de potenciação dos mecanismos de sustentabilidade futura, como causa principal da desaceleração do desenvolvimento desejado.

A falta de adequação institucional é outro dos fatores controversos identificados na implementação do projeto. Este previa a melhoria das capacidades técnicas do INDP mas as seguintes atividades foram desestimadas devido à falta de capacidade técnica e de recursos humanos da instituição.⁴⁴ O projeto previa:

- I. O estabelecimento das prioridades e objetivos a curto, médio e longo prazo da Direção de Investigação Haliêutica;
- II. A melhoria da recolha e tratamento de dados estatísticos para a estimativa dos esforços;
- III. A estratificação da frota;
- IV. A redefinição do plano de amostragem.

O projeto não conta com mecanismos que permitam a elaboração destas atividades. O desenho do mesmo não previu qual era a capacidade técnica e de recursos humanos existentes. Por outro lado, o projeto em si não garante os recursos financeiros necessários para garantir a sustentabilidade das atividades levadas a cabo.

Existe uma desconexão entre a elaboração do projeto e a realização das atividades propostas. Fomentando assim o não reforço do órgão de investigação principal, o INDP. Conseqüentemente não é reforçada uma das componentes essenciais do sistema de gestão que é a **Investigação**, o que ressalta

⁴⁴Relatório final PODPA, 2013

que o projeto foi sobredimensionado não só a nível de tempo de execução mas também referente aos recursos necessários para capitalizar as ações previstas.

Projeto Regional da pesca da África Ocidental em Cabo Verde (PRAO)

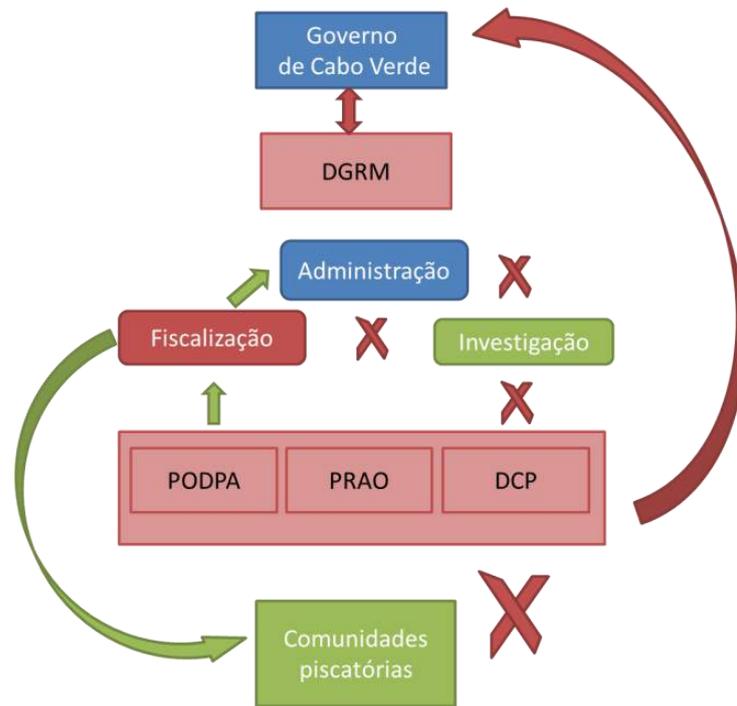
O PRAO é um projeto que foi desenhado para ser implementado, na sua totalidade, pela DGRM e esta condição dificulta e pode contribuir para desacelerar o mecanismo de implementação do mesmo. Este conta com quatro técnicos incluindo o coordenador para a realização de todas as atividades a serem implementadas. O plano de ação do projeto prevê a colaboração de técnicos da DGRM, mas devido à falta de recursos humanos, capacidade técnica e de recursos materiais do DGRM, não foi possível a completa colaboração com o PRAO. Manifesta-se assim uma certa inconsistência entre o dimensionamento do projeto e a capacidade institucional para garantir a sua execução.

Até à finalização da primeira fase do projeto, prevista para abril de 2015, deverão ser obtidos (entre outros), resultados que aparentemente não se harmonizam com as condições de implementação, nem com os prazos:

- I. Implementação PEDP, a ser atingido no âmbito do projeto, no entanto o período de vigência do Plano (2017), ultrapassa o período de implementação do projeto e este não cobre todas as ações previstas pelo PEDP, que ultrapassam o âmbito do projeto;
- II. Implementação de estações costeiras de fiscalização pesqueira: para que estas zonas sejam implementadas, para além da capacitação dos recursos humanos, é necessário dotar os serviços de recursos financeiros que lhes permitam proceder ao recrutamento dos fiscais e adquirir embarcações. Estes recursos, não previstos no âmbito do projeto, tornam-se então uma ameaça para a consecução dos resultados. A impossibilidade de adquirir embarcações, para desenvolver a fiscalização, minimiza a possibilidade de capitalização do investimento do projeto.
- III. Definição e implementação de duas zonas de cogestão pesqueira: no âmbito do projeto procede-se à capacitação de líderes comunitários das zonas piscatórias com a finalidade de que assumam as responsabilidades de cogestão, mas não foi dimensionado o tempo necessário para a realização desta atividade, nem a sobrecarga que pode representar para os mesmos. Este facto pode suscitar situações de desengajamento paulatino dessas lideranças e tornar o sistema de cogestão idealizado pouco sustentável.

A representação do sistema de funcionamento a nível Meso reflete as dinâmicas criadas com a implementação dos projetos. A formação e capacitação de inspetores assim como a elaboração do Plano de Fiscalização Nacional são identificados como os grandes ganhos conseguidos enquanto implementação de medidas políticas de gestão. Contudo, não prevê mecanismos de sustentabilidade que garantam a capitalização dos investimentos feitos enquanto a fiscalização.

Figura 7: Representação das relações entre boas práticas e incoerências identificadas



A promoção da investigação e produção de informação assim como o uso da mesma é um dos grandes pilares pendentes no sistema de gestão. A implementação dos projetos com vista a materializar as medidas expostas pelo PGRP tem uma atuação tímida enquanto dinamização de mecanismos que permitam a potencialização da investigação como medida de gestão.

4 As perspetivas dos beneficiários dos programas e projetos – Estudo de Caso

O desenvolvimento do setor das pescas em Cabo Verde depende em grande medida do desenvolvimento das comunidades que vivem diretamente ligadas à pesca. O Decreto-lei 53/2005, o PGRP assim como PEDP pretendem regular e criar uma base forte que permita a gestão e a cogestão do setor. Os diversos projetos pretendem implementar e materializar os compromissos assumidos.

A implementação do DCPs, PODPA e PRAO tem efeitos diretos nas comunidades através da capacitação dos operadores da pesca, a fiscalização, a investigação e a criação de mecanismos sociais e económicos que permitem o desenvolvimento das comunidades.

O estudo de caso analisa os impactos que as medidas políticas de gestão têm sobre as comunidades e identifica tanto as boas práticas como incoerências existentes. O estudo realiza-se em duas comunidades piscatórias na ilha de Santiago, a comunidade de Ribeira da Barca no concelho de Santa Catarina e a comunidade de Pedra Badejo no concelho de Santa Cruz.

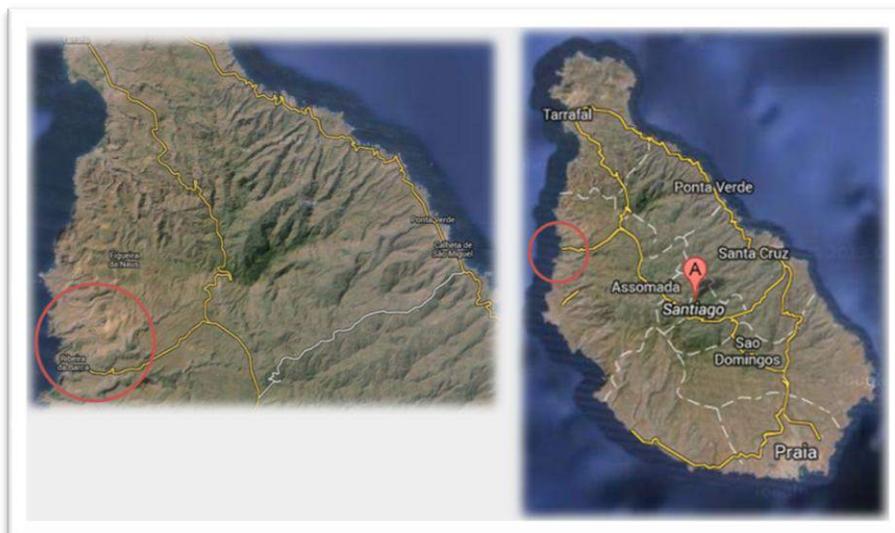
4.1 Justificação da seleção e caracterização das zonas objeto de estudo

A seleção das zonas de estudo tem como base três fatores importantes: a sua localização na ilha de Santiago; a participação em projetos levados a cabo pela DGRM, neste caso o projeto DCP e o PODPA, assim como a existência do maior número de sujeitos afetos ao setor, direta ou indiretamente; a coincidência existente com outros programas levados a cabo tal como o Programa de Luta Contra a Pobreza.

Ribeira da Barca – Santa Catarina

A localidade de Ribeira da Barca localiza-se a Noroeste da ilha de Santiago mais concretamente no Concelho de Santa Catarina. Esta caracteriza-se por ser uma comunidade especialmente ligada à pesca e tem um papel importante no panorama das pescas na ilha de Santiago.

Imagem 1: Representação da localização Ribeira da Barca



Fonte: Google Maps

A localidade conta com cerca de 90 pescadores e 38 peixeiras⁴⁵. Trata-se da quinta comunidade com maior número de embarcações de pesca e operadores de pesca na ilha de Santiago.

Tabela 17: Caracterização frota Ribeira da Barca

| Tipo de embarcações | Nº de embarcações |
|------------------------------|-------------------|
| Botes (sem motor) | 27 |
| Botes (com motor) | 10 |
| Industrial /Semi- Industrial | 3 |
| Total | 40 |

Fonte: Dados recolhidos nas comunidades⁴⁶

Na categoria de embarcações industriais e semi-industriais, duas das embarcações estão no momento a operar e a terceira não está operativa. Dos botes que compõem a frota, 10 estão motorizados e 27 sem motorizar. A motorização dos barcos conseguiu-se através do Programa de Luta Contra a Pobreza.

A “Associação de pescadores e peixeiras de Ribeira da Barca” é a organização responsável pela representação institucional dos operadores de pesca da comunidade.

A referida associação tem realizado diversas atividades viradas para a comunidade, nomeadamente:

- i. Motorização de 10 botes;
- ii. Formação e capacitação dos operadores da pesca;
- iii. Reabilitação de casas;

⁴⁵Censo da Frota, dados INDP 2011

⁴⁶Devido às discrepâncias entre os dados fornecidos pela INDP e as associações de pescadores, decidimos usar os dados proporcionados pelos últimos já que estão mais atualizados.

- iv. Construção de um muro de proteção na praia da localidade.

Muitas das atividades realizadas pela associação têm sido apoiadas pelo Programa de Luta Contra a Pobreza. Este facto demonstra a simultaneidade existente entre as medidas políticas implementadas no âmbito do desenvolvimento social e económico e as medidas que pretendem dar um impulso à gestão no setor das pescas.

O Centro Técnico Social (CTS) representa o centro de operações da associação. No espaço realizam atividades que promovem a gestão e potencializam a participação comunitária.

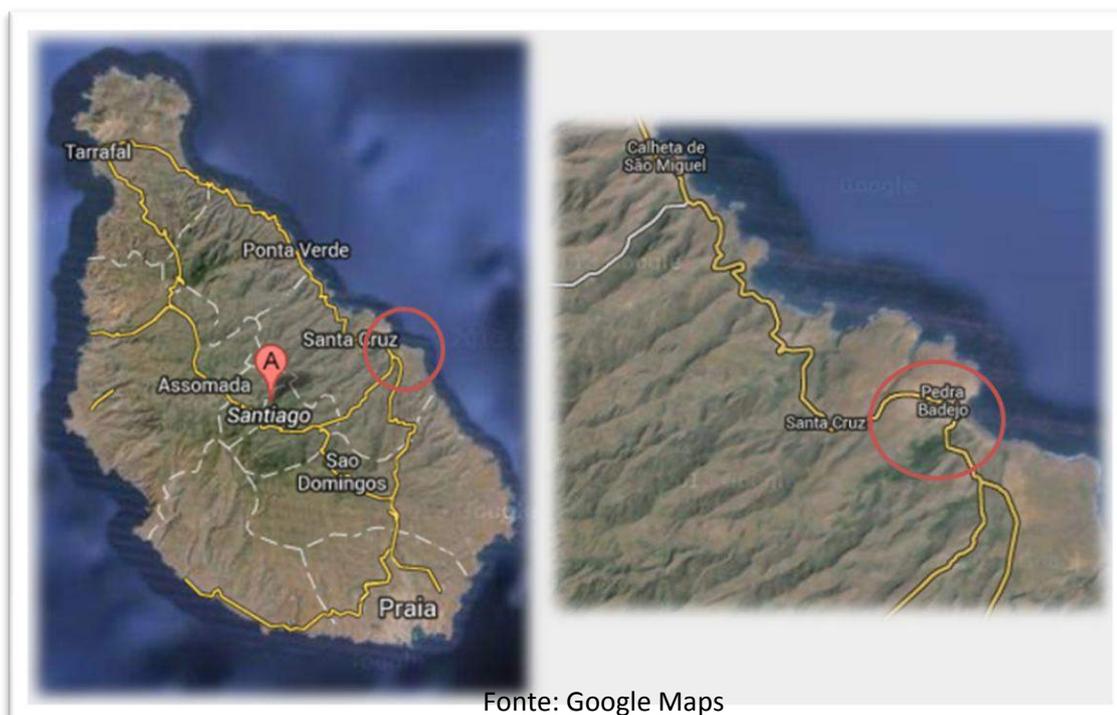
Os recursos materiais utilizados nas atividades piscatórias estão localizados no mesmo espaço (CTS). A maquinaria existente pretende dinamizar o processo de conservação de pescado, distribuição e comercialização. Recentemente foi incluído no espaço a Unidade de Transformação e Agregação de Valor, que pretende ser um mecanismo impulsor da comercialização e distribuição do pescado de Ribeira da Barca. Embora o mesmo tenha sido inaugurado a 2 de setembro de 2012, ainda não se encontra em funcionamento devido a não contar com recursos financeiros nem de organização logística para a ativação da unidade.

O trabalho de campo realizado na comunidade permitiu a identificação de certos problemas pelos quais passam os operadores de pesca na comunidade. Estes têm gerado uma certa controvérsia e preocupação por parte dos mesmos. As preocupações mais latentes dizem respeito ao não funcionamento dos DCP's e à dificuldade de acesso a micro créditos que permitam a melhoria das condições das embarcações assim como a possibilidade de motorização das embarcações de pesca artesanal.

Pedra Badejo Santa Cruz

Pedra Badejo encontra-se situada a Nordeste da ilha de Santiago mais concretamente no concelho de Santa Cruz. Caracteriza-se por ser uma comunidade que está ligada a diversos setores de desenvolvimento económico e social. O estudo de caso analisa essencialmente a comunidade ligada diretamente à atividade piscatória.

Imagem 2: Representação da localização Pedra Badejo



Segundo o último censo da INDP, a comunidade conta com cerca de 120 pescadores e 63 peixeiras. Trata-se pois da quarta maior comunidade relativamente ao número de pescadores e segunda em relação ao número de peixeiras.

A importância de Pedra Badejo no setor não reside unicamente no número de embarcações ou de operadores de pesca locais, mas sim na sua proximidade aos bancos de pesca existentes entre a ilha da Boa Vista e a ilha do Maio e o facto de muitas embarcações de outras zonas passarem por Pedra Badejo rumo a estes bancos de pesca.

Tabela 18: Caracterização frota Pedra Badejo

| Tipo de embarcações | Nº de embarcações |
|----------------------|-------------------|
| Botes (sem motor) | 28 |
| Botes (com motor) | 8 |
| Semi-Industrial (6m) | 23 |
| Industrial (11-13 m) | 2 |
| Total | 61 |

As informações recolhidas durante o trabalho de campo expõem a situação da frota pesqueira na comunidade. Estão operacionais três botes motorizados dos oito existentes. A razão principal da não operatividade são os inconvenientes ligados à incapacidade financeira para a aquisição de novos motores.

Nenhuma das embarcações industriais (11-13m) está operacional pela inexistência de meios financeiros que permitam a reparação das mesmas. A causa principal da incapacidade financeira existente reside na incapacidade de pagar os créditos adquiridos com os bancos no momento da compra das embarcações.

Pedra Badejo conta com diferentes grupos e associações de pescadores que fazem a representação legal e institucional dos operadores de pesca. As associações têm recebido diversas formações dadas pela MORABI, fundamentalmente nas áreas de:

- a. Empreendedorismo;
- b. Gestão de pequenos negócios;
- c. Conservação de pescado.

O Centro Técnico Social (CTS) de Pedra Badejo representa o centro de operações das associações assim como facilita as atividades que promovem a participação comunitária. O centro também conta com uma loja de venda de materiais para a pesca, mas que se encontra no momento com pouca atividade devido à falta de meios para dinamizar a mesma. O mesmo dispõe de câmaras frigoríficas e congeladores assim como de uma máquina de gelo destinados, essencialmente, à conservação de pescado.

A visita realizada às comunidades assim como os encontros com os operadores de pesca permitiram identificar as principais dificuldades existentes na comunidade:

- i. Avaria da máquina de gelo e conseqüente desaproveitamento de pescado e dificuldade na distribuição e comercialização;
- ii. Inoperatividade das embarcações devido a avarias nos motores e a falta de meios financeiros para a reparação;
- iii. Não funcionamento dos oito DCP's costeiros;
- iv. Dificuldade de acesso a micro créditos que permitam a reparação das embarcações;
- v. Falta de representação da Capitania devido a conflitos existentes pelo acesso aos recursos.

O trabalho de campo permitiu conhecer as preocupações sobre as possibilidades de acesso aos benefícios da integração no sistema nacional de providência social, nomeadamente acesso a reforma e saúde. Outra das preocupações expostas pela comunidade reside na necessidade de formação e capacitação de jovens da comunidade em temas ligados a atividade pesqueira, nomeadamente formação de marinheiros, patrões de embarcações e capitania.

Observa-se então uma certa coincidência das características principais entre a comunidade de Ribeira da Barca e a comunidade de Pedra Badejo. As medidas de gestão e medidas de desenvolvimento político e social coincidem nos dois casos, mas apresentam resultados diferentes.

As duas comunidades foram beneficiárias tanto do projeto PODPA como do projeto de instalação de DCP's, e beneficiaram igualmente da construção de um Centro Técnico Social.

Consideramos então oportuno fazer uma comparação entre as duas comunidades e analisar o impacto das medidas de gestão, assim como dos programas e projetos apoiados pelos doadores.

4.2 O impacto das políticas sobre o público-alvo

Para melhor entender o impacto das políticas sobre as comunidades de Ribeira da Barca e Pedra Badejo passaremos a identificar as similitudes e diferenças existentes entre as comunidades.

Tabela 19: Caracterização das comunidades de R. Barca e P. Badejo

| | Ribeira da Barca | Pedra Badejo |
|---|----------------------|----------------------|
| Projetos implementados nas comunidades | DCP, PODPA, PLCP | DCP, PODPA, PLCP |
| Maquinaria referente à conservação | Não operativa | Não operativa |
| Estado e melhoria da frota | Sem melhoria | Sem melhoria |
| Programas de micro crédito | Para comercialização | Para comercialização |
| Formação e capacitação | Existente | Existente |
| Uso dos CTS | Existente | Existente |
| UTAV | Existente | Não Existente |

A caracterização das comunidades permite visualizar o quadro geral da situação existente. As comunidades apresentam características similares e a incidência das medidas políticas de gestão tem seguido padrões análogos. A situação existente é coincidente e descreve o processo de desenvolvimento do setor.

Apesar da existência de recursos materiais diversos, fundamentalmente no que se refere à conservação, destaca-se a falta de meios financeiros que expulsem a utilização dos mesmos. A falta de medidas que garantam a sustentabilidade dos investimentos feitos não permite a criação de sinergias que promovam a capitalização e aproveitamento destes investimentos.

A única diferença de peso identificada entre as duas comunidades é a existência de uma UTAV em Ribeira da Barca. Inaugurada a 2 de setembro de 2012, não se encontra em funcionamento por falta de recursos financeiros.

4.2.1 As boas práticas identificadas

Ribeira da Barca – Santa Catarina

A promoção do associativismo tem sido um dos grandes ganhos observados na localidade. Este tem vindo a arraigar-se na comunidade fundamentalmente depois da oficialização da “Associação de Pescadores e Peixeiras da Ribeira da Barca”. O CTS é um espaço que promove a participação ativa da comunidade ligada à atividade pesqueira.

Segundo o senhor José Rui, presidente da Associação de Pescadores e Peixeiras de Ribeira da Barca *“a promoção do associativismo assim como a promoção da cogestão, a fiscalização, as jornadas de sensibilização e a formação, tem permitido o cumprimento das medidas de conservação aplicadas e ao respeito das épocas de defeso”*.

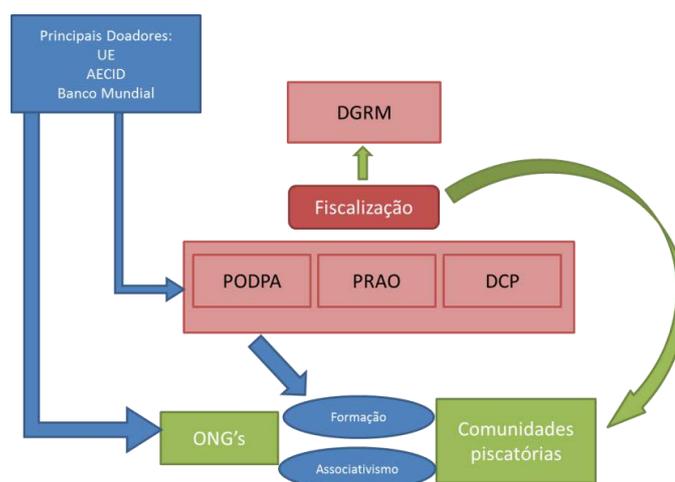
A coincidência entre o Programa de Luta Contra a Pobreza e a estratégia de desenvolvimento do setor nesta comunidade tem permitido a dinamização do processo participativo da comunidade.

Pedra Badejo – Santa Cruz

A comunidade piscatória de Pedra Badejo identifica, como medidas políticas positivas, a realização de jornadas de capacitação e formação implementadas pela MORABI. Segundo o presidente da Associação de Pescadores e Peixeiras Mora Polar, o senhor Paulo Spencer *“as jornadas de formação recebidas são muito importantes e com um impacto positivo na comunidade, fundamentalmente devido à capacitação de operadores de pesca em áreas como o empreendedorismo, a gestão de pequenos negócios e a conservação”*.

A promoção de micro créditos para a melhoria da comercialização que tem vindo a beneficiar fundamentalmente as peixeiras de Pedra Badejo é identificada como sendo muito positiva. Esta medida, para a comunidade, é considerada importante para a expansão da comercialização de pequena escala e contribui para a melhoria económica das mulheres.

Figura 8: Representação das relações entre boas práticas



Os programas e projetos apoiados pelos doadores internacionais têm proporcionado:

- I. Promoção do associativismo;
- II. Formação e capacitação dos operadores de pesca;

4.2.2 As incongruências e incoerências identificadas

A falta de fontes que permitam o financiamento contínuo do setor leva a que não se atinja o desenvolvimento desejado. Existe uma certa evidência de que os investimentos feitos no setor não incorporam mecanismos de sustentabilidade. Os resultados destes investimentos são abandonados sem recursos financeiros ou logísticos que permitam o funcionamento das medidas implementadas.

Os centros técnicos sociais (CTS) são o resultado de investimentos importantes feitos no setor das pescas e podem servir de exemplo para ilustrar a desarticulação existente entre o investimento feito e a insustentabilidade do mesmo.

Os CTS são comuns em ambas as comunidades e estão equipados com maquinaria que permite a conservação do pescado. Nas duas comunidades, a maioria da maquinaria existente encontra-se em desuso ou não está operativa devido a diversos problemas logísticos e financeiros (não poder pagar a luz, falta de peças, deterioro da maquinaria e impossibilidade financeira para assumir a reparação, etc.). Esta situação demonstra o abandono que sofre.

Identifica-se uma forte evidência do abandono das instalações, mas também falta de mecanismos que incentivem a utilização dos espaços como elementos promotores dos processos de desenvolvimento do setor.

Imagem 3: CTS Pedra Badejo



As imagens ilustram o estado de abandono, tanto das instalações como do desuso da maquinaria.

Em Ribeira da Barca encontramos a mesma situação. Apesar da recente modernização do CTS, transformado em UTAV, é visível a pouca utilização das novas instalações, devido fundamentalmente a desarmonização entre o investimento feito e os recursos financeiros e logísticos necessários para a ativação da unidade.

Imagem 4: UTAV Ribeira da Barca



Imagem 5: UTAV Ribeira da Barca Zonas de Trabalho



A falta de incentivos para a utilização do CTS e UTAV está vinculada ao baixo volume de captura da frota assim como à dificuldade existente para proceder à comercialização e distribuição do pescado.

A baixa capacidade de exploração da frota está vinculada a um dos problemas principais do setor: a necessidade de modernização da frota nacional. Nas comunidades estudadas evidencia-se a seguinte situação:

- I. Ribeira da Barca conta com três barcos de pesca industrial/semi-industrial, destes um não se encontra em funcionamento devido a problemas mecânicos;
- II. Pedra Badejo conta com dois barcos industriais e nenhum dos dois está a operar devido a problemas mecânicos;
- III. Nas duas comunidades existem poucos botes motorizados o que não permite aos pescadores deslocarem-se a zonas de pesca mais afastadas e ter maior acesso aos recursos.

Apesar dos investimentos feitos no setor, evidencia-se uma certa desarticulação entre os mesmos e as necessidades existentes nas comunidades, tendo como resultado a não capitalização e o não aproveitamento dos resultados dos investimentos.

A precária condição da frota pesqueira das comunidades e a necessidade urgente de modernização da mesma, com vista a potenciar a exploração dos recursos pesqueiros pela frota nacional tem como resultado o abandono e a não utilização das instalações existentes, que procuram promover o desenvolvimento do setor.

A pouca capacidade de captura e a inexistência de mecanismos que promovam a comercialização ilustram a desarmonização entre as medidas políticas, o investimento no setor e as suas necessidades intrínsecas.

Por outro lado, as precárias condições nas quais se encontram as infraestruturas portuárias dificultam o cumprimento das medidas sanitárias necessárias que poderiam permitir a criação das bases para desenvolver um sistema de distribuição e comercialização.

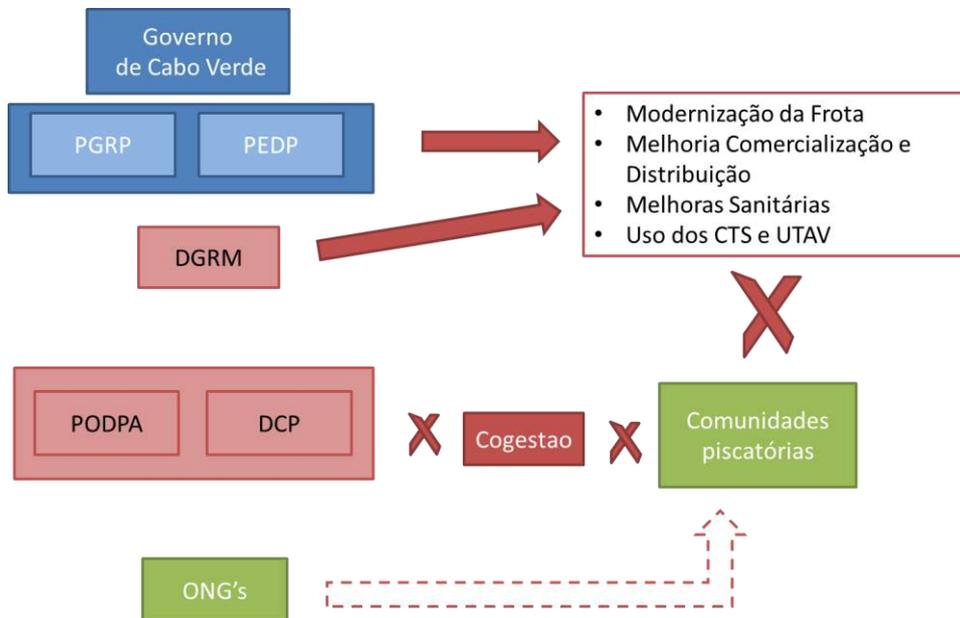
Imagem 6: Desembarque e manipulação do pescado Pedra Badejo



Esta situação dificulta o processo de expansão da pesca enquanto atividade económica nas comunidades, devido ao facto de não existirem as condições sanitárias necessárias para a comercialização em maior escala.

A complexidade do setor e o distanciamento existente entre a planificação, os investimentos realizados e a inexistência de mecanismos que garantam a sustentabilidade podem ser elementos que comprometam o desenvolvimento económico e social do setor das pescas, assim como das comunidades ligadas à atividade piscatória.

Figura 9: Representação das relações de incoerências



A implementação de mecanismos que permitam a cogestão é uma das medidas políticas de gestão promovidas por projetos centrais do setor da pesca, tais como PODPA e DCP.

As comunidades estudadas estão integradas nos referidos projetos e uma das características essenciais dos mesmos são a promoção da cogestão, através da criação de núcleos de desenvolvimento de pesca artesanal (PODPA), e acesso aos recursos marinhos (DCP).

O funcionamento de ditos mecanismos de cogestão questiona-se devido a características intrínsecas aos projetos. A capacitação de líderes comunitários das zonas piscatórias, com a finalidade de que assumam as responsabilidades de cogestão, interliga-se com a necessidade de dotar os serviços de recursos financeiros que lhes permitam proceder à realização de atividades ligadas à cogestão. Estes recursos, não previstos no âmbito dos projetos, tornam-se então uma ameaça para a consecução dos resultados.

No âmbito dos projetos, não se dimensiona o tempo necessário para a realização destas atividades, nem a sobrecarga que pode representar para os líderes comunitários. Este facto pode suscitar situações de desengajamento paulatino dessas lideranças e tornar o sistema de cogestão idealizado pouco sustentável.

Existe, portanto, uma desarticulação entre os planos estratégicos nacionais, os investimentos realizados no sentido de implementar os mesmos, as necessidades intrínsecas do setor, as preocupações das comunidades e a inexistência de mecanismos que promovam a sustentabilidade das ações conduzidas, que permitam criar bases estruturais fortes para o desenvolvimento económico e social do setor das pescas.

5 Conclusões e Recomendações

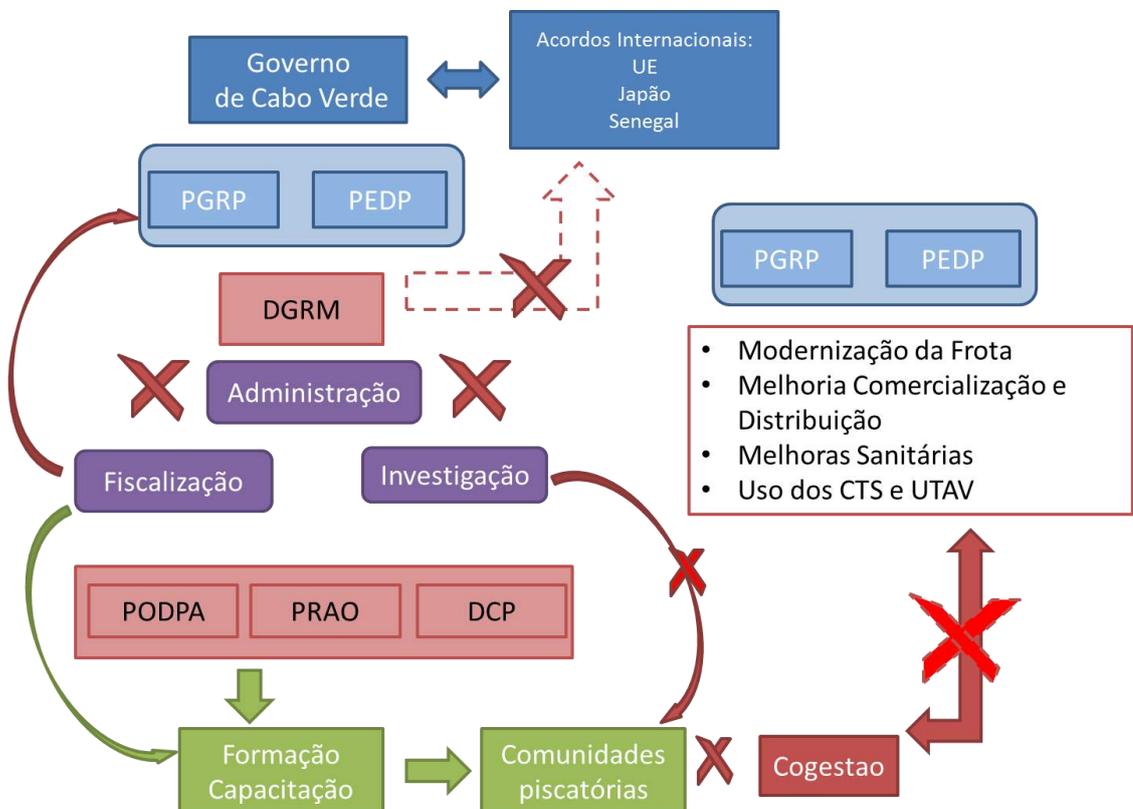
5.1 A pesca e a aplicação das políticas sociais

O desenvolvimento social e económico do setor das pescas depende, em grande medida, da aplicação das políticas sociais e de gestão do setor. O impacto destas medidas no setor está diretamente relacionado com:

- Os planos de gestão;
- O sistema de gestão implementado;
- As orientações existentes para a implementação dos planos;
- A materialização dos mesmos através de projetos e programas promovidos pela administração;
- A existência de mecanismos que garantam a sustentabilidade;
- O impacto positivo das medidas políticas de gestão nas comunidades.

Os resultados positivos dependem das sinergias que se estabelecem entre os diferentes níveis de gestão do setor.

Figura 10: Representação das estruturas e do funcionamento das relações dos diferentes níveis de gestão das pescas.



O mapeamento do setor permite ilustrar a estrutura de gestão implementada em Cabo Verde e as conexões existentes entre os diferentes níveis de gestão e a influência presente das políticas nacionais como internacionais.

O DCRPIII identifica a pesca como uma das sete áreas como forte potencial no desenvolvimento de Cabo Verde. Segundo a Agenda Estratégica do mesmo, pretende-se construir uma economia marítima baseada na pesca, entre outros setores. A análise feita a nível macro identifica situações positivas, no que diz respeito à planificação do setor.

A nível Macro, pela primeira vez e desde 2012, o setor das pescas conta com um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Pesca, que não aparece acoplado ao desenho de objetivos e medidas estratégicas de outros setores de desenvolvimento. O quadro institucional e legislativo cria ferramentas fortes para a boa governação e gestão do setor das pescas.

O Acordo de Parceria com a UE vem acompanhado por uma contribuição financeira de 435.000 €, dos quais 110.00 € estão destinados, única e exclusivamente, ao desenvolvimento do setor das pescas. A cooperação económica, financeira, técnica e científica, prevista no acordo, traz consigo a possibilidade de Cabo Verde dinamizar o setor.

Para o cumprimento dos planos PGRP e PEDP, assim como das bases legais dos acordos, deveria haver uma maior articulação entre os diferentes pilares do sistema de gestão que garantissem a efetividade do mesmo. No âmbito dos planos de gestão, assim como dos acordos, não estão incluídos os recursos financeiros e materiais que permitiriam uma maior articulação entre as orientações dadas e a implementação das mesmas. A situação existente desenvolve cenários de certa inconsistência, uma vez que Cabo Verde não possui os mecanismos necessários para a monitorização, análise e supervisão das ações no terreno.

Considera-se que existe uma certa desarticulação entre as bases legais dos acordos internacionais e as orientações dadas para a implementação dos mesmos.

A fiscalização pouco atuante, a dificuldade de produção e uso de dados e informações assim como o incumprimento das bases legais dos acordos marcam a inconsistência existente em relação ao marco legislativo que regula a pesca em Cabo Verde, assim como o PGRP e o PEDP. O distanciamento entre as orientações dadas para implementação dos mesmos ressalta a incoerência existente a nível macro aquando da materialização no terreno das medidas de gestão e de planificação desenhadas.

A materialização dos compromissos assumidos a nível macro permite verificar o impacto a nível Meso do PGRP e do PEDP. A implementação de projetos a nível nacional ilustra o efeito das medidas políticas de gestão.

Os projetos centrais implementados pelo DGRM pretendem materializar as medidas tomadas para potencializar o desenvolvimento económico e social do setor das pescas e das comunidades ligadas à atividade pesqueira.

O PODPA visa melhorar as condições de vida das comunidades piscatórias de Cabo Verde, através da organização e capacitação das comunidades piscatórias, reforçando a gestão e a cogestão do setor.

O PRAO pretende melhorar a governação no setor, possibilitando a identificação e hierarquização dos objetivos do setor, assim como o reconhecimento dos principais problemas ligados ao desenvolvimento económico, social e ambiente marinho. O projeto melhora as capacidades técnicas e de fiscalização à escala local, reforçando o sistema de gestão planeado pelo PGRP

O projeto de instalação de DCP's aspira a uma gestão sustentável das pescas e do meio marino.

Os projetos centrais do DGRM pretendem criar as bases para melhorar a gestão e cogestão do setor das pescas. Considera-se que, no sentido de conseguir estes objetivos, é necessária a harmonização entre a implementação dos projetos e a existência de recursos, tanto materiais como financeiros, que permitam a sustentabilidade dos mesmos.

A formação e capacitação de inspetores, assim como a elaboração do Plano de Fiscalização Nacional, são identificados como os grandes ganhos conseguidos aquando da implementação de medidas políticas de gestão.

As ferramentas utilizadas para o reforço da fiscalização, para além de garantirem a capacitação dos recursos humanos, deveriam dotar o sistema de gestão, de serviços e recursos financeiros que lhe permitam proceder ao recrutamento dos fiscais e adquirir embarcações. A inexistência destes recursos, neste âmbito, compõe uma ameaça para a consecução dos resultados e minimiza a possibilidade de capitalização do investimento no setor.

Alcançar a cogestão é um dos objetivos principais da administração e projetos como o PODPA, PRAO e DCP são esforços nesse sentido.

Porém, considera-se que existe uma certa desarticulação entre a implementação destes projetos e a sustentabilidade dos mesmos, no que se refere à cogestão. Embora se tenha procedido à capacitação de líderes comunitários das zonas piscatórias, com a finalidade de que assumam as responsabilidades de cogestão, não foi dimensionado o tempo necessário para a realização destas atividades, nem a sobrecarga que pode representar para os mesmos. Este facto pode suscitar situações de desengajamento paulatino dessas lideranças e tornar o sistema de cogestão idealizado pouco sustentável.

Por outro lado, considera-se que um dos pilares fundamentais do sistema de gestão, que é a promoção da investigação e produção de informação, assim como o uso da mesma, é um dos grandes pilares pendentes no sistema de gestão. A implementação dos projetos, com vista a materializar as medidas expostas pelo PGRP e do PEDP, tem uma atuação tímida na dinamização de mecanismos que permitam a potencialização da investigação como medida de gestão.

A nível micro têm-se observado grandes ganhos na promoção da organização e associativismo nas comunidades, assim como na formação e capacitação dos operadores de pesca. Isto tem dinamizado as comunidades e tem potencializado mecanismos de participação ativa na gestão do setor.

As comunidades ligadas à pesca têm sido beneficiadas por um conjunto de investimentos que dinamizam o processo de desenvolvimento das mesmas. Estes investimentos incluem a construção de infraestruturas, tais como os CTS e UTAV, que vêm acompanhados por recursos materiais importantes, como são as maquinarias que permitem a conservação do pescado e que pretendem implementar e reforçar as medidas sanitárias necessárias para a comercialização e distribuição.

Porém identifica-se uma certa desarmonização entre os investimentos realizados nas comunidades e os mecanismos que incentivem o uso destas infraestruturas.

Existe, portanto, uma desarticulação entre os planos estratégicos nacionais, os investimentos realizados no sentido de implementar os mesmos, as necessidades intrínsecas do setor, as preocupações das comunidades e a inexistência de mecanismos que promovam a sustentabilidade das ações implementadas, que permitam criar bases estruturais fortes para o desenvolvimento económico e social do setor das pescas.

A falta de incentivos para a utilização do CTS e UTAV está vinculado ao baixo volume de captura da frota assim como à dificuldade existente para proceder à comercialização e distribuição pescado. A condição precária da frota pesqueira das comunidades e a reduzida capacidade de captura tem como resultado o abandono e a não utilização das instalações existentes que procuram promover o desenvolvimento do setor.

A inexistência de mecanismos que promovam a comercialização ilustra a desarmonização entre as medidas políticas, o investimento no setor e as necessidades intrínsecas do setor das pescas, impedindo a capitalização dos investimentos feitos.

A falta de harmonização entre as orientações dadas pelos planos estratégicos e de gestão do setor, juntamente com a desarticulação entre a implementação das medidas e os mecanismos que permitam a sustentabilidade do setor desaceleram o desenvolvimento económico e social do mesmo e minimizam o impacto dos investimentos e os resultados obtidos.

O PEDP identifica a modernização da frota nacional como um dos objetivos principais da estratégia nacional, porém, os projetos principais para implementar os programas nacionais não incluem a modernização da frota como prioridade, não atacando áreas importantes da gestão do setor.

Identifica-se a prioridade de modernização das frotas nacionais que permitam o aumento da capacidade de exploração da ZEE para o uso das infraestruturas existentes. Há necessidade de dinamizar os canais que permitam a expansão da comercialização e distribuição, uma vez aumentadas as capacidades de exploração.

Igualmente identifica-se a necessidade de dotar de recursos financeiros e técnicos no sentido de promover a cogestão, tendo em conta as necessidades materiais para a realização da mesma. Não se pode minimizar que, o facto de as comunidades assumirem a responsabilidade da cogestão e de esta ser, até agora, não remunerada, contribui para o desengajamento dos líderes.

Considera-se que a implementação dos planos de gestão deveria estar orientada no sentido de desenvolver a capacidade real de exploração da frota nacional e conseqüentemente das comunidades. A ativação de mecanismos que permitam comercialização e distribuição poderia constituir um fator prioritário nos planos estratégicos de desenvolvimento do setor.

O impacto positivo das políticas do setor pesqueiro depende então da articulação entre as orientações nacionais em matéria de política pesqueira a implementação das mesmas, dos mecanismos de sustentabilidade, assim como da necessidade de priorizar e hierarquizar os objetivos do setor.

5.2 Recomendações de atuação

Segundo as recomendações e metodologias utilizadas pela OCDE sugerimos⁴⁷:

1. Estabelecer objetivos tendo em conta as políticas levadas a cabo através da identificação das incoerências existentes

- Priorizar:

- Os objetivos referentes à modernização da frota e criação de canais para a comercialização e distribuição;
- Incentivar a formalização dos operadores de pesca e a sua integração no sistema nacional de providência social;
- O reforço da fiscalização e a mobilização de recursos financeiros materiais para garantir a funcionamento do sistema de fiscalização;
- A revisão dos acordos internacionais;
- Garantir os recursos materiais e financeiros necessários para a efetivação da cogestão.

2. Coordenar as políticas e a sua implementação

- Articular as orientações dos planos estratégicos e a implementação dos mesmos;
- Garantir os mecanismos de sustentabilidade para harmonizar a implementação das políticas de gestão e os investimentos feitos;
- Garantir que os planos estratégicos sejam acompanhados por um quadro orçamental que permita a mobilização e disponibilização dos recursos.
- Desenvolver um processo negocial de forma a garantir que sejam criadas as condições efetivas para o cumprimento dos acordos internacionais.

3. Proceder ao mapeamento das influências externas e internas do processo de desenvolvimento

47 Recomendações OCDE

- Manter atualizado o mapa das influências internas e externas do processo de desenvolvimento.

4. Realizar a análise de problemas específicos do setor

- Redimensionar os problemas específicos do setor.

5. Conseguir parceiros sensibilizados com a importância do CPD

Bibliografia

Anthony Acheampong; ECDPM. 1997. Coherence Between EU Fisheries Agreements and the EU Development Cooperation: The Case of West Africa

Commission of the European Community. 2000. Fishery and Poverty Reduction

CONCORD. 2013. Spotlight on EU Policy Coherence for Development: The real life impact of EU Policies on the poor

Direção Geral Recursos Marinhos. 2013. Relatório final Plano Operacional Da Pesca Artesanal

Direção Geral das Pescas. 2009. Manual de execução do Programa PRAO

Governo de Cabo Verde. 2012. Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza III (2012-2016)

ECDPM. 2012. Measuring Policy Coherence for Development Volume I and II

EU. 2011. Report on Policy Coherence for Development, SEC(2011) 1627

EU. 2007. Relatório da UE sobre a coerência na política para o desenvolvimento SEC(2007)1202

EU. 2006. Fisheries Partnership Agreement between the European Community and the Republic of Cape Verde

European Commission. 2010. Coherence for Development Work Program 2010- 2013

EU .2000. The Cotonou Agreement

FAO. 1995. Código de Conduta para a pesca responsável

FAO. 2006. Socio-economic indicators in integrated coastal zone and community based fisheries – Case fs Studies from the Caribbean

Instituto Marquês de Valle Flôr. 2011. Cabo Verde, Pescas e Migrações

Instituto Marquês de Valle Flor. 2012. EU member states on the road towards more Policy Coherence for Development

Instituto Marquês de Valle Flôr. 2012. Policy Coherence for Development Manual: From Policy Incoherence to Fair Politics

Institute for International Integration Studies. 2012. Policy Coherence for Development: Indicators for Ireland

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. 2011. Relatório dos principais resultados do censo da frota de Pesca Artesanal e Industrial/Semi-Industrial

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas. 2012. Boletim estadístico nº 21; Dados sobre Pesca Artesanal, Pesca Industrial, Conservas e Exportações

Instituto Nacional de Estatísticas. 2011. Quadro dados PIB (%)

Jonathan Brooks; OCDE Secretariat. 2012. Policy Coherence for food security in developing countries

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas – MAAP, Vol. 6, Praia. 2004 Plano de Gestão dos Recursos da Pesca

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas. 2005. Legislação pesqueira de Cabo Verde, Volume 1º

Ministério de Infraestruturas e Economia Marítima. 2012. PLAN STRATEGIQUE DE DEVELOPPEMENT DE LA PECHE (PSDP, 2012 – 2017); Rapport Final

OCDE. September 2008. Policy Brief, Fisheries: Improving Policy Coherence for Development

OCDE. 2006. Fishing for Coherence; Fisheries and Development Policies

Oceanic Development; MegapescasLda. 2012 SPECIFIC CONVENTION N°28: EX-POST EVALUATION OF THE CURRENT PROTOCOL TO THE FISHERIES PARTNERSHIP AGREEMENT BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND CAPE VERDE AND ANALYSIS OF THE IMPACT OF THE FUTURE PROTOCOL ON SUSTAINABILITY

República de Cabo Verde. 2013. Boletim Oficial; I Série número 23

União Europeia. Bruxelas 2007. Relatório da UE sobre a coerência na política para o desenvolvimento SEC(2007)1202}

UNCLOS. Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar

http://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/index_pt.htm

FONTES PRIMÁRIAS

Entrevistas:

Juvino Vieira, Diretor Geral dos Recursos Marinhos

Aníbal Medina, Coordenador PRAO

Hortênsio Lima, Técnico DGRM / PODPA

Hélder Lopes, MORABI

António Lima, ADAD

Paulo Spencer Gomes, Associação de pescadores e peixeiras, Mora Polar, Pedra Badejo

José Rui, Associação de Pescadores e Peixeiras de Ribeira da Barca

Laura Andrade Delgado, AECID Cabo Verde

Tommy Melo, Biosfera I